



República de Moçambique
Governo da Província de Cabo Delgado
Direcção Provincial de Turismo

PETUR

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Cabo Delgado

2008-2013

RESUMO EXECUTIVO

Título

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Província de Cabo Delgado (2008-2013) – Estratégia e Plano de Acção

Promotor

Governo da Província de Cabo Delgado

Coordenação Geral

Francisco Lapido Loureiro (Director Provincial do Turismo)

Coordenação Técnica

Doris Ruschmann (Ruschmann Consultores)

Jens Ruschmann (Ruschmann Consultores)

Isidro Simões (MundiServiços)

Jesús Pérez Marty (AECID)

María de Fátima Romero (Direcção Provincial do Turismo)

Elaboração

Consórcio MundiServiços-USEC-Ruschmann Consultores

Rua da Imprensa, 256, Prédio 33 Andares 4º Andar, Porta 401

Maputo

Equipa Técnica

Luciana Sagi (Ruschmann Consultores)

Berta Delgado (MundiServiços)

Luís Miguel Fernandes (MundiServiços)

Cornélio Ntumi (MundiServiços)

Francisco Pereira (MundiServiços)

Isabel Búfalo (MundiServiços)

Eugénio Matlaba (Usec)

Equipa de Monitoria

Ana Paula Chauque (Ministério de Turismo)

Zidália Mahumana (Ministério do Turismo)

Albino Mahumane (Ministério de Turismo)

Abdala Abudo (Direcção Provincial do Turismo)

Albertino Augusto Raul (Direcção Provincial do Turismo)

Rebeca Marques (Parque Nacional das Quirimbas-WWF)

Miro Guarda (PTNM-USAID)

Fernando Moreira (Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado-CDTUR)

Financiador

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento 

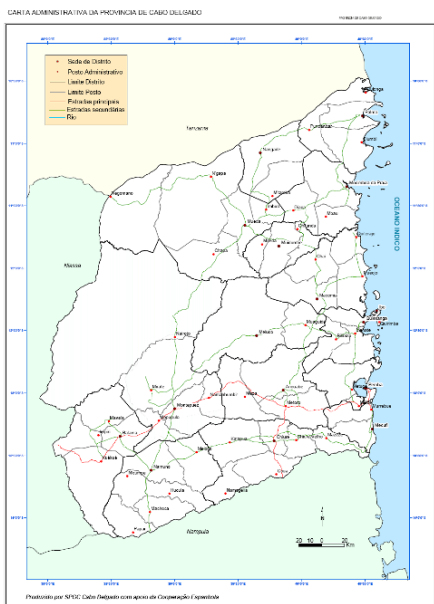
Índice

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Conteúdo do PETUR	
1.2. Desenvolvimento do PETUR	
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
2.1. Importância económica do turismo	
2.1.1. A importância do turismo como motor de desenvolvimento e do combate à Pobreza	
2.1.2. A importância do Turismo em Moçambique	
2.1.3. A importância económica do Turismo em Cabo Delgado	
2.2. Perspectiva Regional e Nacional	
2.3. Quadro Legal	
2.4. Quadro Institucional	
2.4.1. Órgão de Tutela: a Direcção Provincial de Turismo	
2.4.2. Órgão Intersectorial de Coordenação: a Comissão de Facilitação Turística	
2.4.3. Órgãos locais de Turismo: os Serviços Distritais de Actividades Económicas e os Municípios	
2.4.4. Órgãos Consultivos	
2.4.5. Plataformas de coordenação interinstitucional: o Fórum provincial do turismo	
2.5. Política do turismo e estratégia da sua implementação	
2.6. O plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2004-2013)	
3. PRODUTO TURÍSTICO DE CABO DELGADO	18
3.1. Perspectiva histórica	
3.2. Produtos-chave	
3.3. Perfil de turismo em Cabo Delgado	
3.3.1. Hidrologia, vegetação, relevo, flora e fauna	
3.3.2. Infra-estrutura básica e serviços urbanos	
3.3.3. Demografia, sociedade e cultura	
3.3.4. Oferta de serviços turísticos	
3.4. Turismo e áreas de conservação na Província de Cabo Delgado	
4. VISÃO DO TURISMO NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO	28
4.1. Visão do turismo para o futuro da Província	
4.2. A força dos recursos	
4.3. Factores chave de sucesso	
4.4. Mercados estratégicos para Cabo Delgado	
4.5. Nichos estratégicos para Cabo Delgado	
4.6. Mercados emissores estratégicos para Cabo Delgado	
4.7. Conjugação de produtos e mercados	
4.8. Factores base	

5. ENFOQUE E QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO	39
5.1 Enfoque e quadro institucional	
5.2 Enfoque e quadro espacial do turismo na província	
5.2.1. Zoneamento e áreas turísticas de Cabo Delgado	
5.2.2. Desenvolvimento de rotas e circuitos estratégicos do turismo	
5.3 Áreas prioritárias de intervenção e actuação	
5.3.1. Fortalecimento da gestão para o turismo	
5.3.2. Melhoria das infra-estruturas e recursos básicos necessários para o desenvolvimento do turismo	
5.3.3. Atração e captação de investimentos	
5.3.4. Melhoria da oferta de empreendimentos e serviços turísticos na Província	
5.3.5. Utilização sustentável dos atractivos turísticos naturais	
5.3.6. Utilização sustentável dos atractivos turísticos culturais	
5.3.7. Desenvolvimento dos recursos humanos e integração social	
5.3.8. Promoção e comercialização do produto turístico de Cabo Delgado	
6. MATRIZ DE ACTIVIDADES	46
6.1. Estratégia e Implementação	
6.1.1. Objectivos Estratégicos	
6.1.2. Linhas de Orientação Estratégica por Eixo de Intervenção	
6.1.3. Vectores Estratégicos	
6.1.4. Plano de Acção	
6.2. Orçamento	
6.2.1. Orçamento Global	
6.2.2. Orçamento por Tipo de Prioridades	
6.2.3. Orçamento por Programa	
6.3. Calendarização	
6.3.1. Prioridade Alta	
6.3.2. Prioridade Média	

1 Introdução

A Província de Cabo Delgado faz fronteira ao norte com a Tanzânia, a oeste com a Província de Niassa, a sul com a Província de Nampula e a leste com o Oceano Índico (canal de Moçambique). O clima de Moçambique está influenciado pela Zona de Convergência Intertropical (CIT) e pelos ventos Alísios do Oceano Índico. A zona CIT afecta principalmente o norte do país, onde se localiza a Província de Cabo Delgado, contribuindo para a existência de uma estação chuvosa bem definida.



Mapa de Cabo Delgado
Fonte: SPGC, 2008

A Província possui uma superfície total de 79.628 Km² e tem uma população estimada em 1.478.788 habitantes, sendo a densidade populacional de 18,6 habitantes por Km² (dados de 2007).

Os elementos hidrológicos existentes consistem em lagoas, lagos, rios (destacando-se o rio Lúrio e o Rovuma) e o mar, os quais têm uma influência enorme a nível paisagístico e para o turismo. A zona noroeste de Moçambique, onde se integram as Províncias de Sofala, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado, constitui uma das zonas mais ricas em recursos florestais do país.

A zona costeira de Cabo Delgado é rica em mamíferos de médio e grande porte. As margens dos rios existentes na província constituem rotas de migração para animais.

Assim, os principais corredores incluem as margens dos rios Rovuma, Lúrio, Lugenda, Luambeze, Montepuez, Ruaca e Mewo. Para além de mamíferos, a elevada heterogeneidade de ecossistemas entre espécies de floresta, terras húmidas e pradarias, resulta numa grande variedade de espécies de aves aquáticas, incluindo aves migratórias.

A biodiversidade nos habitats costeiros e marinhos, em particular, é significativa. A boa qualidade de recifes de coral, mangais e ervas marinhas, bem como a existência de ilhas inabitadas nas praias arenosas e a existência conjunta destes habitats, permite a sobrevivência de muitas espécies, assim como a abundância de alta diversidade de mamíferos marinhos oceânicos junto à costa.

No que respeita à Cultura, a Província de Cabo Delgado é rica em tradições resultantes de uma miscelânea de civilizações e eventos históricos desde o passado até à história mais recente, que resultaram numa gastronomia variada, numa diversidade de ritos e rituais étnicos e religiosos, numa enorme riqueza artística e num conjunto de outras práticas (Uvilu, Tatuagens, Indona, Nsiro, Kipini) ainda hoje mantidas. Cabo Delgado foi palco de um dos mais importantes fatos históricos do país: a Luta de Libertação Nacional.

Em relação à Educação, a rede escolar vem crescendo em todos os níveis de ensino. A população tem como principais actividades económicas a agricultura familiar, a pecuária, a pesca artesanal, o comércio e a exploração florestal.

Ainda que o estado de saúde da população em Cabo Delgado seja precário, motivado por vários factores como a falta de vacinas, a má nutrição, a falta de saneamento básico e de água potável e a pouca cobertura sanitária, verificou-se uma melhoria dos indicadores que medem este parâmetro, devido à colocação de quadros qualificados na maior parte das unidades sanitárias, colocação de médicos, realização de acções de formação e capacitação.

A população economicamente activa corresponde aproximadamente a 89% da população total, sendo que os sectores agrícolas e pesqueiro absorvem 90% da população activa. O sector do turismo é prioritário e a sua participação na produção económica total do país foi de 5% (dados de 2006).

As condições climáticas, os importantes recursos naturais e sócio-culturais, a especialização agrícola e insuficiente grau de industrialização e sua estratégica situação geográfica, fazem de Cabo Delgado uma Província com vocação turística, com condições favoráveis para captar fluxos de procura quantitativa e qualitativamente importante no desenvolvimento turístico em particular e sócio-económico em geral. Esta vocação consolida-se ano a ano, com os investimentos privados na construção de novos empreendimentos turísticos, principalmente meios de hospedagem e meios de alimentação.

O potencial da Província e a preocupação com o desenvolvimento sustentável da actividade são evidenciados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM), através da definição de Áreas Prioritárias para Investimento (APITs). A Província contempla duas das dezoito áreas do país: a zona 15 de Pemba/Quirimbas e a zona 16 do norte de Cabo Delgado. Iniciativas de organismos de apoio internacionais vêm sendo realizadas na Província, com o intuito de colaborar com o Governo para a planificação da actividade turística de forma sustentável – através de estudos de análise do produto turístico da Província – destacando-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Cabo Delgado, elaborado pela George Washington University para a Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (USAID), bem como o Livro Branco dos Recursos Naturais da Província de Cabo Delgado, financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) e a União Europeia, e o Plano de Turismo do Parque Nacional das Quirimbas, que está a ser elaborado pela Leeds University, com fundos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e da World Wildlife Fund (WWF).

A AECID tem estado a desempenhar um papel central na questão do desenvolvimento do turismo a nível Provincial, devido ao facto de possuir um programa orientado para o fortalecimento da instituição responsável pela gestão da actividade, a Direcção Provincial de Turismo (DPTUR). No contexto deste programa, foi contratado um Consórcio formado por três empresas – MundiServiços, Ruschmann Consultores de Turismo e USEC – através de um processo de licitação, para elaborar o Plano Estratégico do Turismo de Cabo Delgado (PETUR).

O PETUR tem como base essencial o facto de que o turismo é multifacetado, o que implica uma planificação sustentável e participativa. Diante desta consideração principal, o PETUR considerou os estudos preliminares desenvolvidos, a visão dos actores sociais envolvidos com o turismo, o desenvolvimento de trabalhos, questões e hipóteses em cooperação com as instituições responsáveis pela gestão do turismo e uma filosofia técnica e de conteúdo baseada na multidisciplinaridade do turismo. Desta forma, diferente dos demais estudos realizados, o PETUR procurou unir todos os aspectos importantes para o turismo, considerando deste a infra-estrutura básica urbana, qualidade de vida da população local, segurança pública, até dados relativos ao mercado turístico propriamente dito: oferta turística (meios de hospedagem, meios de alimentação, entretenimento entre outros), atractivos, perfil dos turistas, produtos e segmentos, competitividade e imagem.



Conjugando todas estas análises foi possível estabelecer um Plano Estratégico nos moldes do plano nacional, com a definição de uma visão até 2013, considerando um cenário de turismo em Cabo Delgado focalizado na sustentabilidade e na competitividade, que será possível em virtude da localização geográfica da província de Cabo Delgado, que tem todas as condições para potenciar a concretização de parcerias regionais de forma a se optimizarem recursos e elaborarem rotas conjuntas.

Há recursos e infra-estruturas que podem ser complementados de forma a tornar os destinos mais atractivos e completos para os turistas. O turismo em Cabo Delgado está direccionado para o segmento médio e médio-alto, que é bastante exigente e aprecia destinos exóticos e diversificados, por isso, se torna importante a complementaridade da oferta. É com base nestes pressupostos que se prevê uma procura nacional e internacional de 150 mil pessoas até 2013, conforme aponta a visão estabelecida:

“Cabo Delgado será o destino turístico de Moçambique mais exótico e dinamizador de parcerias regionais com outras províncias e países limítrofes, fomentador de um turismo de alta qualidade e direccionado para os segmentos médio e médio-alto nas áreas do ecoturismo, turismo de mar e sol, observação da fauna e flora e turismo cultural, e dará resposta a uma procura nacional e internacional de 150 mil pessoas até 2013”

2 Contextualização

2.1 Importância económica do turismo

2.1.1. A importância do turismo como motor do desenvolvimento e do combate à Pobreza

O turismo é considerado hoje o mais promissor e dinâmico sector económico do mundo, com impacto directo em cerca de 52 sectores da economia. Representa um fenómeno de grande importância social e económica na sociedade moderna – característica que está relacionada com os antecedentes históricos ligados ao aumento do tempo livre, à melhoria das comunicações, à modernização dos meios de transporte e à urbanização das cidades.

Somado às necessidades de lazer e entretenimento, o fenómeno das férias proporcionou a realização de um turismo constante e intenso, dado que a agitação da vida moderna requer tempo para execução de tarefas livres em contrapartida às preocupações com as responsabilidades produtivas e sistemáticas presentes no dia-a-dia de cada indivíduo. Assim, o aumento do número de viagens induziu o turismo a tornar-se uma actividade económica organizada, sendo, inclusive, a maior geradora de empregos e riquezas da actualidade. Isto decorre do facto de que o turismo constitui a alternativa económica com melhores condições de distribuir rendimento, social e geograficamente, sendo um sector onde a relação produtividade e emprego é directa.

Observa-se que, pela sua capacidade de gerar empregos e de arrecadar divisas, o turismo apresenta-se como excelente alternativa de desenvolvimento económico em países subdesenvolvidos com riquezas naturais e património histórico-cultural, apresentando ainda, vantagens como a melhoria da qualidade de vida da população local, a fixação dessa população em seu “habitat” e o enriquecimento cultural, promovido por contactos entre os mais diversos povos.

Um dos principais problemas existentes em Cabo Delgado é o nível de pobreza da população. Os diversos organismos internacionais e organizações do continente africano realizam estudos e procuram actuar no sentido de diminuir esta situação. Os planos de governo de Moçambique incluem esta componente e assumem como prioridade a redução da pobreza.

Outro aspecto constatado foi a desigualdade de ênero existente, as baixas taxas de escolaridade, o risco elevado de doenças e infra-estruturas de saúde precárias. Todos estes aspectos demonstram que a qualidade de vida da população de Cabo Delgado ainda é baixa. O índice de desenvolvimento humano da Província foi de 57,6 em 2003 segundo os dados apurados pelo Relatório Nacional de Moçambique do Desenvolvimento Humano de 2005. O turismo pode contribuir de forma significativa para a modificação desta realidade.

Por ser, na sua essência, uma actividade que envolve a relação entre pessoas e a possibilidade de criar um grande número de postos de trabalhos, o turismo pode auxiliar no processo de construção da cidadania da população de Cabo Delgado. Nesse sentido, a educação é um dos pilares fundamentais para a construção da cidadania e respeito entre os povos, tornando a sociedade um local de maior prazer para se viver.

A oportunidade de empregos, a criação de comissões de gestão comunitárias de atractivos turísticos, a planificação participativa e a acessibilidade da população aos serviços públicos, bem como aos atractivos turísticos – em especial as praias, devem ser prioridade uma vez que muitas vezes os hotéis acabam por dificultar a passagem das comunidades para estas áreas.

A educação para o turismo deve ser direccionada para todos. Pode ser realizada nas escolas primárias e secundárias, comunidades, aldeias, associações, população economicamente activa, entre outros. Este processo deve demonstrar os benefícios que a actividade proporciona, bem como os cuidados que devem ser tomados e, principalmente, a importância da comunidade local no desempenho desta actividade. Actualmente, o contacto das comunidades tecnologicamente avançadas com povos mais tradicionais que estão ligados à natureza proporcionam a possibilidade de se aprender a valorizar o planeta e a preservar o meio ambiente. Isto deve ser salientado à população local de Cabo Delgado como algo especial que está presente na Província.

Ao mesmo tempo, deve-se ensinar que as tecnologias são positivas, porém, deve-se respeitar o meio ambiente e respeitar os seres humanos. Este tipo de educação pode ser feito através de aulas expositivas e, principalmente, com passeios locais para os principais locais visitados pelos turistas fazendo um contraponto com a importância destas áreas para a comunidade nativa. Outro aspecto importante é considerar as necessidades da comunidade no planeamento do turismo.

O papel da educação não é restrito às escolas. Os operadores turísticos têm a responsabilidade de informar aos turistas sobre a realidade local e a necessidade de cuidar da área em que estarão a visitar, como se fosse sua própria casa. Um dos objectivos da Organização Mundial do Turismo para 2007 é *“fomentar o turismo como referencial de paz e prosperidade e como forma dinâmica de combate à pobreza”*, assim como contribuir para o desenvolvimento sustentável dos países.

Há um grande fluxo de turistas dos países desenvolvidos e mais ricos para os países mais pobres e menos desenvolvidos, até porque existem investimentos de grandes cadeias turísticas internacionais em países que têm boas condições para a sua implantação e com custos relativamente baixos. O turismo nos países em desenvolvimento tem altíssimas taxas de crescimento pelo que poderá contribuir de uma forma mais rápida que outros sectores para o combate à pobreza.

Além do mais o sector do turismo é impulsionador de outros sectores criando emprego e riqueza. Por exemplo, a construção de unidades hoteleiras movimenta o sector da construção civil, de transportes e emprega mão-de-obra.

Com base nestes aspectos, verifica-se que o turismo pode auxiliar a melhoria de qualidade de vida da população local. Para isto, as parcerias são fundamentais, bem como programas de educação sobre o turismo, tanto para a população local quanto aos turistas, e o incentivo à criação de pequenos negócios e valorização da cultura local.

2.1.2. A importância do Turismo em Moçambique

Relativamente a Moçambique, os turistas que visitaram o país em 2005 gastaram 100 milhões de dólares no país, quase o dobro do registado em 2001, de acordo com indicadores oficiais do sector do turismo. As despesas que os turistas efectuaram em Moçambique desde 2003, sempre acima dos 90 milhões de dólares, representam um salto relativamente aos gastos de 2001 e 2002 (64 e 65 milhões de dólares, respectivamente), permite aos responsáveis pelo turismo em Moçambique darem o crescimento do sector como consolidado.

De acordo com os indicadores disponíveis, em 2005 terão entrado mais de 700 mil pessoas em Moçambique, contra as cerca de 400 mil entradas em 2001, tendo a capacidade hoteleira crescido, desde então, cerca de 6 por cento.

Em 2003, o sector contribuiu com 2,5% para o PIB de Moçambique, já muito acima dos 0,9% por cento registados em 2000, mas os responsáveis pelo turismo querem aumentar o impacto da indústria na economia do país.

No plano estratégico para o desenvolvimento do turismo para o período 2004-2013, o Ministério do Turismo reconheceu que *“o produto turístico de Moçambique ainda é relativamente desconhecido”* fora da África Austral e aponta para acções de marketing junto de outros mercados. Entre eles, segundo a Direcção Nacional de Promoção Turística, estão os mercados europeu e chinês, este último, uma novidade no turismo do país mas que, em 2005, já contribuiu com cerca de mil entradas em Moçambique.

As infraestruturas turísticas têm vindo a ser melhoradas paulatinamente, devido aos vários investimentos que foram e continuam a ser realizados no sector do turismo, predominantemente em cabanas urbanas, bungalos, locais de campismo e acomodação. A procura de lazer com base em praias tem vindo a estimular o desenvolvimento do alargamento nas instâncias turísticas. Em termos de capacidade de alojamento, possui condições que o enquadram nos padrões internacionais de luxo. Os avanços significativos que se constata ao nível dos investimentos no sector do turismo são visíveis através do incremento do número de hotéis das mais variadas categorias, melhoria dos complexos turísticos, vias de acesso, criação de condições para facilitar as transacções financeiras.

A nível nacional, Moçambique passou de 10.500 camas em 2000 para as actuais 15 mil, tendo dobrado o número da oferta por estabelecimentos com categoria de três, quatro e cinco estrelas.

2.1.3. A importância económica do Turismo em Cabo Delgado

A Província apresenta um desenvolvimento limitado do turismo, caracterizado por pequenos fluxos turísticos e investimentos na oferta de equipamentos específicos que vêm aumentando anualmente. O número de turistas quase dobrou em 2007 relativamente ao ano anterior, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Numero de turistas em Cabo Delgado 2006-2007

Origem	Nº de Turistas	
	2006	2007
Nacionais	17.709	27.536
Internacionais	10.855	24.577
Número de turistas	28.564	52.113

Fonte:DPTur 2008

A oferta de meios de hospedagem subiu de 34 estabelecimentos em 2006 para 44, o correspondente a um aumento de 81 camas. De acordo com dados da DPTUR, os projectos com conclusão prevista para 2007 somaram um montante de MT\$ 140.808.145, gerando 154 postos de emprego e, somando os estabelecimentos em funcionamento (2006/2007) e aqueles que iniciam em 2007, há um total 620 postos de trabalho ligados à actividade turística.

Existe ainda uma série de cooperativas de artesanato criadas e que estão em processo de criação, gerando rendimento para as comunidades locais. O Projecto de Turismo Comunitário em desenvolvimento no Parque Nacional das Quirimbas vem contribuindo para criar rendimento para as

famílias que fazem parte do *bed and breakfast*. De forma geral, os investidores incentivam a criação de associativismo e cooperativismo em Cabo Delgado, de forma a criar oportunidades de rendimento para a população local e ampliar a atractividade dos seus serviços, em especial os hotéis.

Apesar de ser considerado uma prioridade no país, bem como na Província, em termos orçamentais, o turismo encontra-se posicionado em Cabo Delgado, em termos de montantes recebidos, como um dos últimos. Os recursos financeiros para o turismo são fortalecidos com a presença dos programas de órgãos de apoio internacionais presentes na Província. Complementarmente, o Fundo Nacional de Turismo está a implementar um programa de crédito que pode ser utilizado por pequenas e médias empresas.

As carências para o desenvolvimento sustentável e competitivo do turismo como infra-estruturas, recursos humanos e marketing, exigem acções com custos elevados e que podem – e devem – ser compartilhados entre agentes diferenciados. Estes agentes pertencem às esferas pública, privada e de entidades não-governamentais e variam deste órgãos públicos responsáveis pela gestão da infra-estrutura básica urbana, até universidades privadas e institutos de certificação e qualificação de serviços turísticos.

2.2. Perspectivas Regional e Nacional

De acordo com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique – PEDTM (2004-2013), o norte do país é a “jóia do turismo”, uma vez que é uma área relativamente intacta. De acordo com o PEDTM, as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa repartem entre si menos de 25% de todas as unidades registadas de alojamento e menos de 10% do total das camas ocupadas em 2001. Niassa, a província menos desenvolvida de Moçambique, tem a capacidade mais baixa, Nampula a mais alta, estando acima da média do país, seguida pela Província de Cabo Delgado.

Das três províncias, Cabo Delgado é a que tem recebido mais investimentos recentemente, especialmente na sua faixa do litoral. Em termos de movimento turístico, a maior concentração ocorre em Pemba, Nampula e Nacala. As três províncias possuem aspectos que possibilitam a sua integração regional em busca de um turismo equilibrado e competitivo:

- Está em andamento a formação de uma ACTF entre a Reserva do Niassa e a do Selous na Tanzânia, a qual integrará as Províncias de Niassa e Cabo Delgado, facilitando o contacto com um importante mercado emissor internacional (Tanzânia), bem como sendo um produto diferenciado, o qual pode estar integrado à produtos de sol e mar existentes em Cabo Delgado e em Nampula;
- O Corredor de Nacala é um dos catalisadores importantes do desenvolvimento da região: liga Nacala e Nampula ao Lago Niassa e ao Malawi por ar, estrada e infra-estrutura marítima. Isto possibilita um acesso facilitado de outro mercado emissor internacional à região, seja em busca de produtos de sol e mar, turismo cinegético, ecoturismo, entre outros;
- Esta região, especialmente a Província de Cabo Delgado, foi o palco da Luta Armada de Libertação Nacional, possuindo uma série de atractivos históricos e culturais que reforçam a identidade cultural do povo moçambicano;
- Por ser uma região com pouca estruturação e ocupação de actividades humanas, existem muitos recursos naturais intactos, bem como uma fauna bravia rica e numerosa, sendo uma das regiões com maior potencial para o desenvolvimento do turismo cinegético.

2.3. Quadro Legal

Os quadros legais são a aferição política de que existe a necessidade de intervenção governamental numa determinada área e as intervenções governamentais simplesmente ocorrem quando se trata de um aspecto de extrema relevância para uma nação. Evidentemente, tais aspectos podem ser alterados de acordo com as necessidades dos períodos, que estão em constante mudança.

Na matriz, a seguir levantada, estão identificadas as várias políticas do sector do turismo a par da legislação, bem como uma série de regulamentos, regras e normas, todas fazendo a interface do segmento com a sua gestão, definindo assim atributos, responsabilidades, condutas e acções. Este conjunto de inter-relações de normas do direito e de entidades do turismo possibilita conformar um arranjo institucional – Governo, Mercado e Sociedade Civil – que visa à elaboração e à implementação do PETUR.

De acordo com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013), desde 1994 o Governo do país vem adoptando e aprovando várias políticas sectoriais e legislação para uma gestão melhorada principalmente de recursos naturais, que desempenham um papel importante na promoção do turismo. No entanto, além de tais normas, há outras que podem ser levadas em consideração. Entre as que têm relações directas com o sector turístico podem mencionar-se as seguintes:

Normas e instrumentos nacionais

Órgãos Institucionais	Normas e instrumentos	Descrição
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental – MICOA	Plano Director de Turismo – Área D (1998)	Documento com enfoque na planificação territorial do turismo, destinando áreas para uso e ocupação específicos com base na lógica do zoneamento. A Área D compreende a Província de Cabo Delgado.
Ministério do Turismo – MITUR	Criação do Ministério do Turismo (2000)	Fortalecimento do turismo através da criação de um órgão ministerial exclusivo, desagregado do antigo Ministério do Comércio, Indústria e Turismo (criado em 1994). Define as atribuições e competências do órgão.
Ministério do Turismo – MITUR	Fundo Nacional do Turismo – FUTUR (2002)	Tem como objectivo disponibilizar recursos para promover o produto turístico nacional, fomentar e coordenar as iniciativas e actividades que respeitem ao turismo, para além de estimular todas as outras que com ela se relacionam ou concorram para a sua hierarquização.

Normas e instrumentos nacionais

Órgãos Institucionais	Normas e instrumentos	Descrição
Ministério do Turismo – MITUR	Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação (2003)	Enquadramento da antiga política do turismo e estratégia elaborada para o período de 1995 a 1999, contendo actualizações necessárias em virtude da nova realidade sócio-económica do país e do mundo.
Ministério do Turismo – MITUR	Lei do Turismo (2004)	Estabelece o quadro legal para o fomento e exercício das actividades turísticas.
Ministério do Turismo – MITUR	Criação da Direcção Provincial do Turismo de Cabo Delgado (2004)	Cria e define o regulamento Interno da Direcção Provincial do turismo da Província de Cabo Delgado.
Ministério do Turismo – MITUR	Regulamento de Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança (2007)	Institui as condições e procedimentos para o licenciamento e funcionamento das actividades turísticas bem como o sistema de classificação incluindo o órgão regulador e de gestão, o cadastro e o sistema de informação turística.
Ministério do Turismo – MITUR	Regulamento do Direito de Habitação Periódica (2007)	Estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, exercício, transmissão e extinção dos direitos de habitação periódica assim como o seu processo de licenciamento.
Ministério do Turismo – MITUR	Regulamento de Animação Turística (2007)	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de animação turística.
Ministério do Turismo – MITUR	Regulamento de Transporte Turístico (2007)	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da actividade de transporte turístico.
Ministério do Turismo – MITUR	Regulamento de Agencias de Viagens e Turismo e Profissionais de Informação Turística (2005)	Institui deveres, direitos, taxas e sanções para o funcionamento regulamentado de agências de viagens e turismo e profissionais de informação turística.
Ministério do Turismo – MITUR	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013)	Instrumento de planificação estratégica do turismo ao nível nacional. Com prioridades específicas, produtos e mercados, Áreas Prioritárias e os recursos necessários para a sua implementação.
Ministério das Pescas	Lei das Pescas (1990)	Pesca desportiva recreativa
Governo da República de Moçambique	Lei de Investimento (1993)	Quadro legal orientador do processo de realização de empreendimentos que envolvam investimentos privados, nacionais e estrangeiros.
Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia – DNFFB	Política e Estratégia Nacional de Floresta e Fauna Bravia (1995)	Serviu de guião para a conformação da política e das estratégias nacionais para floresta e fauna.

Verifica-se que Moçambique apresenta grande preocupação com a conservação ambiental, bem como com o desenvolvimento ordenado. A prioridade é a redução da pobreza, a qual é a base para todo e qualquer tipo de planeamento a ser feito no país. Actualmente há um movimento em torno da ordenação territorial, o qual se justifica pelo facto dos planeamentos territoriais existentes estarem desfasados. Em 1995, por exemplo, foram realizados Planos Directores para o Turismo nas Províncias, os quais necessitam de actualização. Existe uma necessidade de um zoneamento ecológico-económico em Moçambique, o qual possa definir adequadamente a utilização do solo.

Normas e instrumentos nacionais

Órgãos Institucionais	Normas e instrumentos	Descrição
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental – MICOA	Programa Nacional de Gestão Ambiental (1995)	Serviu de guião para as directrizes do programa de gestão ambiental.
Ministério da Agricultura – MINAG	Lei de Terras (1997)	Define as bases legais para o uso da terra e dos seus componentes.
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental – MICOA	Lei do Ambiente (1997)	Define as bases legais para uma utilização e gestão correcta do ambiente e dos seus componentes, com a materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável.
Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia – DNFFB	Lei de Florestas e Fauna Bravia (1999)	Define a protecção, conservação, desenvolvimento e utilização de forma racional e sustentável dos recursos florestais e da fauna para o benefício económico, social e ecológico.
Comité de Conselheiros	Agenda 2025	Consiste em um guião para o desenvolvimento em Moçambique até 2025. Possui uma análise situacional, a elaboração de um cenário desejável e as estratégias necessárias para que isto ocorra.
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental – MICOA	Política de ordenamento do território (2007)	Considera a realidade física, geográfica, social, económica e cultural do país, como a base segura e objectiva para definir as linhas mestras da actividade do ordenamento do território. Assegura a sustentabilidade do desenvolvimento humano e o cumprimento dos tratados e acordos internacionais.
Governo da República de Moçambique	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta PARPA (2006-2009)	O objectivo central do Governo é a redução significativa dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique através da adopção de medidas tendentes a melhorar as capacidades e oportunidades disponíveis para todos os moçambicanos, especialmente os pobres.
Governo da República de Moçambique	Programa Quinquenal do Governo da República de Moçambique (2005-2009)	

O turismo está a alcançar, cada vez mais, posição de importância para Moçambique em função da evolução verificada em torno dos quadros legais relacionados com a actividade. Houve a descentralização através da criação das Direcções Provinciais de Turismo em resposta às necessidades apontadas pela Política de Turismo, por exemplo. O próprio PETUR era uma acção proposta no Plano Provincial de Cabo Delgado e já está em execução. Além deste plano, existem alguns instrumentos de planificação a nível provincial que têm impacto directo na execução do PETUR, conforme demonstra a tabela a seguir:

Normas e instrumentos provinciais

Órgãos Institucionais	Normas e instrumentos	Descrição
Governo da Província de Cabo Delgado	Plano de Governo da Província de Cabo Delgado	É um instrumento utilizado para o planeamento das acções no período de 2005 a 2009.
Governo da Província de Cabo Delgado	Livro Branco dos Recursos Naturais da Província de Cabo Delgado	Inventário geográfico, económico, ambiental e social da Província de Cabo Delgado. É um instrumento de planificação, porém não tem carácter normativo nem prescritivo.
Direcção Provincial do Turismo	Plano Económico-social	É um instrumento de gestão económica e social do Governo elaborado anualmente com base nos principais objectivos e acções a realizar com vista a implementação do Programa do Governo.
Parque Nacional das Quirimbas	Plano de Maneio do PNQ Plano de Desenvolvimento do PNQ	Em relação ao turismo, os planos propõem acções capazes de integrar actividades de turismo com a conservação dos recursos naturais do PNQ; a geração de benefícios tangíveis para as comunidades locais através do turismo; o desenvolvimento de objectivos de gestão claros que procurem garantir os princípios citados anteriormente.

2.4. Quadro Institucional

2.4.1. Órgão de Tutela: a Direcção Provincial de Turismo

Em 2004 foi criada a Direcção Provincial do Turismo de Cabo Delgado com as funções de direcção, planificação, coordenação e execução dos objectivos definidos pelo MITUR ao nível provincial. O organograma é composto dos seguintes sectores:

- Director Provincial
- Director Provincial Adjunto
- Inspecção Provincial do Turismo
- Departamento das Actividades Turísticas
- Departamento das Áreas de Conservação para Fins Turísticos
- Repartição dos Recursos Humanos
- Repartição de Administração e Finanças

Além de tais funções foi definido o Colectivo de Direcção, que tem a atribuição de órgão consultivo que se debruça sobre questões fundamentais no âmbito da prossecução de actividades e tem a função de assistir o director provincial na tomada de decisões. É responsável pela tomada de decisões estratégicas e, por isso, é composto pela alta administração, ou seja, o director provincial, director provincial adjunto, o inspector chefe provincial, chefes de departamento e chefes de repartição.

A Direcção Provincial de Turismo de Cabo Delgado tem como desafio, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, fortalecer não apenas a instituição, mas o processo de gestão pública, o qual deve efectuar a coordenação entre estas diversas instâncias de governação, bem como ter em atenção os papéis a serem desempenhados neste processo.

Complementarmente, o Conselho Coordenador Provincial, órgão de coordenação e avaliação das tarefas realizadas pelos órgãos da Direcção Provincial do Turismo de Cabo Delgado, visa apurar o grau de cumprimento do plano anual das actividades e perspectivar acções futuras. No entanto, este órgão ainda não está activo na Província.

2.4.2. Órgão Intersectorial de Coordenação: a Comissão de Facilitação Turística

Tem como principal função coordenar e guiar o desenvolvimento do turismo, bem como estabelecer a ligação intersectorial com vista a facilitar e incrementar o fluxo de turistas e de viajantes no país.

A Comissão de Facilitação Turística, a qual visa a participação de outros órgãos directamente relacionados com a actividade do turismo para tomar decisões estratégicas. Esta Comissão está prevista a nível nacional assim como provincial, mas ainda não está formada.

2.4.3. Órgãos locais de Turismo: os Serviços Distritais de Actividades Económicas e os Municípios

Serviços Distritais de Actividades Económicas

No âmbito distrital, e levando em conta a Lei nº 8/2003 dos Órgãos Locais do Estado e o estabelecido no Decreto nº 6/2006 da estrutura tipo dos Governos Distritais, no que se atribuem funções específicas em matéria de turismo aos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), nas áreas de promoção da actividade turística, licenciamento e planificação, devia-se escolher a partir dos indicadores de desenvolvimento do sector, aqueles distritos onde seria necessário afectar meios técnicos e financeiros para dotar os serviços de operacionalidade na área de turismo, por se tratar de distritos com grande potencialidade turística ou “cabeceiras” de área.

Da mesma maneira, os Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI), pelas suas atribuições na área do ambiente e do planeamento do território, devem ser fortalecidos e trabalhar em coordenação com os SDAE no quadro da planificação de áreas e infra-estruturas turísticas.

Municípios

A intervenção proposta para os municípios é a do uso e aproveitamento dos espaços para o turismo, portanto, deve-se garantir a inclusão da componente de turismo na elaboração dos planos territoriais, assim como o desenvolvimento de actividades de promoção e melhoria do produto turístico.

2.4.4. Órgãos Consultivos

Para apoiar o desenvolvimento do turismo de acordo com os princípios estabelecidos na Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação, propõe-se a criação de três órgãos consultivos:

Órgão de Aconselhamento em Matéria de Turismo

Tem como papel principal assessorar o sector com recomendações específicas em assuntos relacionados com a política de turismo e sua implementação.

Órgão de Coordenação de Promoção do Produto Turístico

É um órgão multi-sectorial que integra entidades representativas dos sectores público e privado que tenham interesse no sector, e que possam colaborar na promoção do produto turístico nacional, executando trabalhos como: a programação de actividades promocionais; identificação e mobilização de recursos financeiros para a execução dos programas e emitir pareceres relativamente à estratégia de marketing turístico do país.

Órgãos Locais do Turismo

São as associações que integram os agentes económicos e líderes comunitários da zona em questão, os representantes de ONG's que operam na zona e outras entidades que, por diversas razões, são reconhecidas como influentes no processo de desenvolvimento sócio-económico da região. Estes órgãos têm, entre seus objectivos a emissão de pareceres em relação aos planos de aproveitamento turístico da sua zona, a promoção de acções que concorram para o embelezamento dos espaços e a consciencialização dos residentes para as práticas de bem receber e boas práticas ambientais.

2.4.5 Plataformas de coordenação interinstitucional: o Fórum Provincial do Turismo

O Fórum Provincial de Turismo está previsto no contexto do projecto Arco Norte e terá membros dos sectores privado, público e sociedade civil. Os órgãos públicos a serem envolvidos são a Direcção Provincial do Turismo, a polícia, imigração, autoridades relacionadas com os parques e reservas, autoridade responsável pelo aeroporto, bem como as autoridades ligadas aos portos. A sociedade civil deve ser representada por líderes comunitários e organizações não governamentais que trabalham no sector.

Espera-se que o Fórum seja fortalecido e capacitado de modo que se torne uma Organização de Gestão do Destino (DMO) a qual irá actuar em áreas como marketing, treinamento, advocacia, pesquisa, coordenação com órgãos nacionais de turismo, bem como seja representante da Província no Fórum do Arco-Norte.

3 Produto Turístico de Cabo Delgado

3.1. Perspectiva Histórica

Em função de sua posição geográfica, a província de Cabo Delgado era visitada por árabes, indianos e chineses, principalmente desenvolvendo actividades associadas ao comércio. Mais tarde, os portugueses vieram a ocupar esta área, monopolizando o comércio de especiarias. O palco inicial desta ocupação foi a ilha do Ibo, no arquipélago das Quirimbas, a qual chegou a ser capital da região no século XVIII.

Estrategicamente situada, a sua localização permitia controlar o comércio árabe na região. Cientes desta situação, outros países europeus, como Holandeses e Franceses, tentaram por várias vezes conquistar a Ilha. Por este facto, foi realizada nos finais do sec. XVIII (1791) a construção da grande fortaleza do Ibo, chamada Fortaleza de São João Baptista do Ibo. Em forma de estrela, esta fortaleza consistiu numa obra militar com espaço para acomodar mais de 300 praças, armazéns de viveres e munições, que resistiu ao ataque dos Holandeses e dos Sacalaves de Madagáscar. Na decadência do Império português, esta fortaleza foi prisão política e actualmente é um marco da memória histórica do país e da província.

A vida militar e comercial trouxe muitas pessoas de diferentes locais do mundo, o que ocasionou uma grande miscigenação populacional. Ao longo dos últimos séculos, as populações Kimwanis e Makwas das ilhas e do litoral de Cabo Delgado misturaram-se com persas, árabes, indianos, portugueses e mesmo holandeses, marcando seus usos e costumes, religião e relação com o meio ambiente.

A capital da Província, Pemba, não possui registo de ocupação permanente no período pré-colonial, sendo a área visitada por pescadores swahili e malgaches. A primeira tentativa de ocupação portuguesa apenas ocorreu em meados do século XIX com a construção de um fortim, que foi abandonado poucos anos depois. A ocupação definitiva apenas viria a ter lugar em 1898 quando a recém-formada Companhia do Niassa, que detinha poderes de administração do território, elevou um pequeno posto comercial à categoria de povoação. Pouco tempo depois, este posto é nomeado de Porto Amélia, em homenagem à última rainha portuguesa.

Com o fim da concessão da Companhia do Niassa em 1929, Pemba torna-se capital do recém-criado Distrito de Cabo Delgado. Esta transferência correspondeu a mudanças no transporte marítimo - navios maiores - que beneficiavam das excelentes características do porto natural de Pemba, e à ocupação e exploração do interior do território, para a qual Pemba estava melhor localizada. Porto Amélia foi elevada à categoria de vila em 19 de Dezembro de 1934 e a cidade em 18 de Outubro de 1958, regressando à designação Pemba depois da independência nacional, em Março de 1976.

No interior, os Macondes – etnia particular desta província – mantiveram-se um pouco distantes das influências pluriculturais. Caracterizam-se por terem uma originalidade de escultura em pau-preto, mundialmente conhecida e estudada. Durante a Primeira Guerra Mundial, o território da Companhia do Niassa foi palco de várias operações de resistência por parte dos chefes locais e invadido pelos alemães.

Para resistir a essa invasão, foi aberta uma estrada de mais de 300 km, entre Mocimboa do Rovuma e Porto Amélia (actual Pemba), o que significou a ocupação efectiva do planalto de Mueda (interior). No entanto, só em 1920 a Companhia conseguiu assegurar essa ocupação, depois de várias operações militares contra os macondes, fortemente armados.

Este grupo étnico foi um dos primeiros e principais suportes da Luta Armada de Libertação Nacional, sendo Cabo Delgado o berço da Luta Armada.

3.2. Produtos-chave

De forma geral, a riqueza cénica, histórico-cultural e de flora e fauna favorecem a exploração na província de Cabo Delgado dos seguintes produtos turísticos: **Ecoturismo e aventuras; Património histórico-cultural; Festivais; Estâncias termo minerais; Turismo de eventos e Turismo rural.** De acordo com o zoneamento proposto, apresentam-se de seguida os produtos e as potencialidades de acordo com cada uma destas áreas.

Produtos turísticos potenciais em Cabo Delgado de acordo com o zoneamento proposto

Produto turístico	Potencialidades	Zona recomendada
Ecoturismo e aventuras	Praias, ilhas, montanhas, florestas, rios, lagoas. Estas condições permitem a canoagem, navegação, mergulho autónomo, mergulho livre, surfing, pesca desportiva, vela, observação de espécies da fauna e da flora, acampamentos ou camping, caminhada com pernoita, ciclismo, montanhismo	<ul style="list-style-type: none"> ○ Litoral Sul Área de Pemba – Mecúfi ○ Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas ○ Litoral Norte e Área do Rovuma ○ Interior Norte Área de Mueda – Muidumbe ○ Interior Oeste Área de Lugenda - Balama
Património histórico-cultural	Diversidade de culturas; bases militares; traços de ocorrência de escravatura	<ul style="list-style-type: none"> ○ Interior Norte Área de Mueda – Muidumbe
Festivais	Festival turístico Wimbi; ritos de iniciação; festival de Mapiko; Igrejas e templos; fortalezas portuguesas e árabes; arquitectura e povoamento rurais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Litoral Sul Área de Pemba – Mecúfi ○ Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas ○ Litoral Norte e Área do Rovuma ○ Interior Norte Área de Mueda – Muidumbe ○ Interior Oeste Área de Lugenda - Balama
Estâncias termominerais	Fontes de águas termominerais com propriedades relaxantes	<ul style="list-style-type: none"> ○ Litoral Norte e Área do Rovuma (Olumbi)
Turismo de eventos	Belezas naturais; boas praias; boa infraestrutura hoteleira	<ul style="list-style-type: none"> ○ Litoral Sul Área de Pemba – Mecúfi

Produtos turísticos potenciais em Cabo Delgado de acordo com o zoneamento proposto

Produto turístico	Potencialidades	Zona recomendada
Turismo rural	Hospitalidade calorosa; comida feita no fogão à lenha; salões para pequenos eventos; restaurantes que servem a tradicional; passeios em trilhas rurais, e na mata nativa; festas étnicas	<ul style="list-style-type: none"> ○ Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas ○ Litoral Norte e Área do Rovuma ○ Interior Norte Área de Mueda – Muidumbe ○ Interior Oeste Área de Lugenda - Balama
Turismo educacional	Aspectos históricos, recursos naturais e culturais, tradições, possibilitando a educação ambiental, o fortalecimento cultural, aprendizagem de práticas e costumes tradicionais e história local.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Litoral Sul Área de Pemba – Mecúfi ○ Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas ○ Litoral Norte e Área do Rovuma ○ Interior Norte Área de Mueda – Muidumbe ○ Interior Oeste Área de Lugenda - Balama

3.3. Perfil do turismo em Cabo Delgado

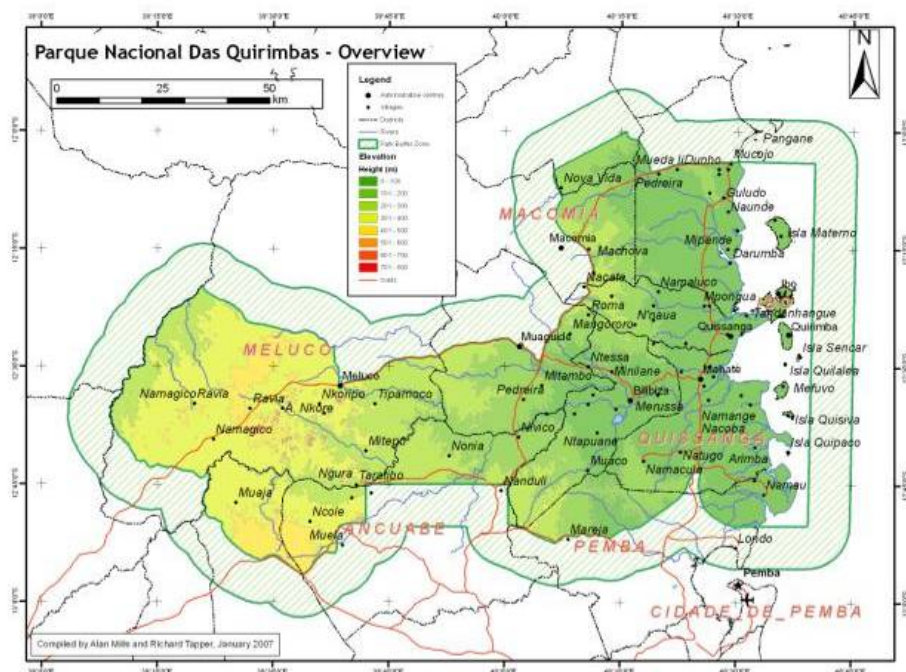
Cabo Delgado reúne condições climáticas, geográficas – o território possui uma parte insular – ambientais e culturais que a tornam um destino com enorme potencial para o turismo, atendendo de forma única às tendências actuais de viagens, as quais estão baseadas em: a exigência de ambientes não degradados, indicando a valorização dos recursos naturais e culturais na exploração turística; e a combinação de atractivos naturais e artificiais com vista a diversificar a oferta e diminuir os impactos negativos sobre o meio ambiente. De forma sintética, os recursos que compõe o produto turístico de Cabo Delgado são os hídricos, floresta e relevo, a fauna e a cultural local.

Resumo dos recursos turísticos de Cabo Delgado

Recursos	Descrição
Floresta e relevo	Floresta de miombo, mangais
Hídricos	Praias, cataratas, rios, lagos, lagoas
Fauna	Animais de grande porte, espécies marinhas raras, corais, fauna bravia
Cultura local	Cultura dos macondes e dos macuas. Vestígios da cultura de outros povos nomeadamente portugueses, chineses, indianos

3.3.1. Hidrologia, vegetação, relevo, flora e fauna

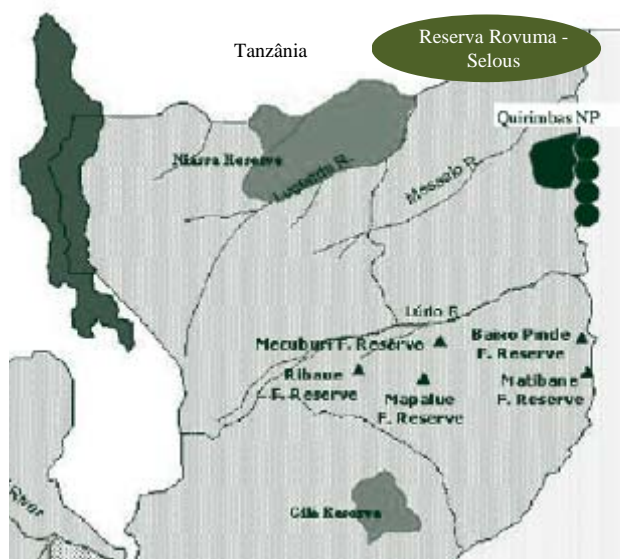
A hidrologia de Cabo Delgado constitui um grande apelo para o turismo, uma vez que a maior parte de actividades de lazer praticadas pelos turistas localmente está ligada com o mar, rios, lagos e quedas de água. Estes recursos possibilitam actividades variadas como o banho, canoagem, passeios de barco, mergulho, observação da fauna em seu entorno, pesca, entre outros.



Mapa do Parque Nacional das Quirimbas

Fonte: Plano de Desenvolvimento Turístico do Parque Nacional das Quirimbas, WWF, 2007

Existem potencialidades para o desenvolvimento de projectos como o “Costa a Costa” a partir do qual poderão-se estabelecer corredores de biodiversidade do Lago Niassa a Cabo Delgado, bem como com a reserva natural Rovuma – Selous, um parque transfronteiriço de Cabo Delgado com a Tanzânia. Verifica-se, também, um bom potencial para a criação de mais fazendas de bravia e coutadas oficiais, assim como áreas de gestão comunitária, como alternativa de diversificação do produto turístico e de solução de conflitos homem-fauna bravia.



Mapa da Reserva de Niassa, Parque Nacional das Quirimbas e Reserva Rovuma-Selous

Fonte: Plano PEDTM, 2003, adaptado por Ruschmann Consultores, MundiServiços e USEC

Para uma gestão eficaz destes recursos é necessário desenvolver um trabalho de fiscalização e de educação ambiental das comunidades e das suas actividades, tanto em termos de ocupação do espaço, como de queimadas descontroladas e caça furtiva. O conflito homem-fauna bravia, vai precisar de uma abordagem específica, dadas as singularidades deste fenómeno, incluindo actividades de controlo dos animais, de zoneamento das áreas e de intervenção nas próprias dinâmicas populacionais das comunidades residentes em áreas de conflito.

Devem-se desenvolver também mecanismos de controlo e monitorização dos impactos relacionados com o turismo, tanto na área ambiental como social e económica. Neste quadro, nas áreas sensíveis devem-se implementar quadros espaciais de aproveitamento dos recursos e do território a partir das capacidades de carga, salvaguardando o bem-estar das populações, a qualidade dos produtos, os benefícios sociais e económicos para as comunidades e a conservação do meio-ambiente.

O relevo da Província tem características singulares contando com a presença de inselbergs (montes ilha) que marcam a paisagem e são potenciais áreas para realização de actividades turísticas como caminhadas e escaladas; a presença de miradouros naturais que permitem observação de fauna e flora, uma vez que o interior da Província tem ondulações; além da presença das ilhas, as quais têm um forte apelo turístico devido à beleza paisagística e geralmente a presença de recursos naturais preservados, de alta importância para a biodiversidade local.

3.3.2. Infra-estrutura básica e serviços urbanos

A infra-estrutura básica urbana de Cabo Delgado ainda é incipiente e actualmente é um dos maiores constrangimentos para o desenvolvimento do turismo. Não há um sistema de colecta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos e o abastecimento de água ainda não atende toda a Província.

Existe a problemática de acesso em toda a Província: faltam estradas pavimentadas – apenas 600 km estão nestas condições – sinalização, áreas de escape e segurança. As formas de transporte ainda não são muito variadas, se concentrando através do acesso terrestre e aéreo, com pouca utilização dos transportes marítimos e fluviais.

O Aeroporto de Pemba actualmente não tem capacidade para receber aviões de maior porte e as suas instalações são reduzidas. No entanto está em andamento um projecto para sua ampliação e melhoria dos serviços prestados. O acesso aos empreendimentos turísticos localizados ao norte da Província, nas ilhas, é realizado através de pequenos aviões, com aterragem em pistas mantidas por tais empreendimentos. De acordo com as necessidades futuras, devem ser pensadas pistas e/ou aeroportos em outros distritos com potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente na região norte pela sua situação geo-estratégica.

Está em processo a ampliação da electrificação na Província, bem como o acesso à rede de telefones móvel e o acesso à internet. Em compensação, a rede telefónica fixa ainda é incipiente. Actualmente não existem centros de atendimento aos turistas.

Há pouca estrutura de serviços de saúde, principalmente no interior da Província. Cabo Delgado não apresenta índices significativos de criminalidade e de conflitos, possuindo um ambiente tranquilo para o desenvolvimento do turismo.

Destaca-se que estas infra-estruturas são essenciais para o desenvolvimento da Província de forma geral, possibilitando que produtos sejam escoados, que a população se desloque e tenha mais acesso ao trabalho, serviços de saúde, que trabalhos de fiscalização em áreas protegidas sejam facilitados, que as condições de saúde da população melhorem, entre outros. Portanto, é necessário um compromisso firme do Governo da Província para a implementação do Plano de maneira coordenada

e eficiente, garantindo o cumprimento dos aspectos sectoriais para fazer do turismo um instrumento efectivo de desenvolvimento e combate à pobreza.

3.3.3. Demografia, sociedade e cultura

Em 2007 a população estimada de Cabo Delgado era de 1.478.788 pessoas, com uma densidade populacional de 18,6 hab/km². As maiores taxas de densidade populacional estão no litoral, sendo a ilha de Ibo a localidade com a maior taxa (162,5 hab/km²).



Mapa densidade populacional Cabo Delgado

O turismo pouco aumenta a população, no entanto, caso o aumento esperado ocorra, existe a possibilidade da existência de problemas de uso e ocupação do solo e degradação ambiental, principalmente nas áreas actualmente mais populosas, as quais possuem também maior apelo turístico

A população de Cabo Delgado está igualmente dividida: 52% dos habitantes são mulheres, as quais concentram-se mais nas zonas rurais, trabalham em actividades de subsistência e apresentam as menores taxas de escolaridade. Um dos desafios do governo de Moçambique é o combate à desigualdade de géneros, bem como da pobreza.

As mulheres são as grandes responsáveis pela preparação de alimentos e receitas típicas locais, podendo ser absorvidas para tais actividades em maior medida que os homens, bem como de atendimento e gestão dos meios de hospedagem.

Os índices que medem as condições de vida da população local vêm melhorando ao longo dos anos. A rede escolar está em crescimento, sendo um dos grandes responsáveis pelo aumento do Índice de Desenvolvimento Humano local – IDH, embora este índice ainda seja o menor do país.

Há 3 escolas de nível técnico na província, porém tais escolas ainda não oferecem cursos ligados à actividades turísticas. Em compensação há uma universidade com curso de turismo, oferecido localmente. Uma das principais dificuldades de capacitar os recursos humanos por parte do empresariado diz respeito, de forma geral, ao baixo nível de escolaridade da população. Actualmente não há o ensino sobre a actividade turística bem como educação ambiental nas escolas de nível primário e secundário.

Em relação às condições de saúde, verificam-se ainda altas taxas de SIDA e de notificações de doenças como a malária e a diarreia. A população possui uma esperança de vida baixa, em torno de 38,2 anos. A dificuldade de escolarização contribui para o quadro de má saúde da população, bem como existem poucos médicos em relação às unidades de saúde existentes.

A falta de saneamento básico também contribui para que as condições de saúde sejam deficientes. Os hábitos da população acabam adaptando-se a esta falta de estrutura como casa de banho, por

exemplo, o que acarreta práticas como o fecalismo à céu aberto. A falta de abastecimento de água contribui para que o manuseio e higienização de alimentos sejam deficientes em alguns casos.

A província de Cabo Delgado é rica em tradições e culturas resultantes de uma miscelânea de civilizações e eventos históricos desde o passado à história mais recente. Desta miscelânea histórica resultou uma gastronomia típica caracterizada por preparados diversos na base da farinha de milho, mapira, mandioca, arroz, acompanhados de matapas, peixe, legumes, carne de galinha, porco, cabrito e de caça e caracóis.

Uma diversidade de ritos e rituais ocorre em toda a província, dependendo da origem étnica e religiosa dos residentes. Ocorrem também outras práticas culturais como, por exemplo, Uvilu – forma dramatizada de consolação ou crítica de Makondes entre si ou destes para Ajauas e vice-versa, em momentos de tristeza ou de alegria; Indona – uso de botoque labial entre as mulheres Makondes, hoje em desuso; Andondes e Makhuas; Nsiro – uso de creme produzido a partir de um caule designado nsimbuti (na língua kimwani), para a decoração facial e de todo o corpo pelas mulheres e Kipini – uso de uma espécie de brinco no lado esquerdo do nariz por mulheres islamizadas, são outros traços culturais.

Cabo Delgado é também conhecido pela sua riqueza artística em danças populares como Mapiko, Mapiko-Mashapila, Lingoti, Limbondo, Nchaila, Amu, Nkala, Nantya, Barreto, Lingundumbwe, Makusanya, Madudo, Nnonje, Nzobe, Tufo, Nkissa, Rumba, Sindimba, Damba, Utamaduni, Liwayawaya, Sania, Mpapara, Mashaona, Nturulai, Kirimo, Shanyanja, Shiwaya, Timbwili, Makadabada, Matara; música tradicional (Kanyembe, Bango, Shityatya e Dimbila); artesanato (escultura Makonde, cestaria, olaria, ourivesaria e ferramentaria) e variadas lendas e fábulas. As línguas mais faladas na província são Emakhuwa, Kimwani, Shimakonde, Ciyao, Cingoni, Cimakwe e Kiswahili.

A cultura local é um dos grandes diferenciais de Cabo Delgado para o turismo, com sua cultura única e marcante nos hábitos diários. No entanto, actualmente há pouca utilização destes recursos para o turismo. Algumas práticas vêm sendo realizadas como a hospedagem do tipo cama e café na Ilha do Ibo, em que os turistas ficam hospedados em uma casa local, vivendo o dia-a-dia da população. O artesanato é comercializado e vem-se realizando espectáculos e festivais em todos os Distritos, monitorados e fiscalizados por técnicos e representantes do sector da Cultura ao nível distrital.

3.3.4. Oferta de serviços turísticos

A oferta de meios de hospedagem em Cabo Delgado vem crescendo anualmente. Em 2006 existiam 34 meios de hospedagem, aumentando para 44 em 2007. Para 2008 há uma projeção de que este número seja de 62 estabelecimentos. Há estabelecimentos de hospedagem em 10 dos 16 distritos da Província.

A maior parte são hotéis de classificação 3 estrelas ou inferior e estão localizados no litoral. Os hotéis com classificação superior estão em Pemba, Quirimbas e Vamize (distrito de Palma). De forma geral as taxas de ocupação médias são bastante baixas (20%). A falta de infra-estrutura básica e urbana condiciona esta ocupação, bem como a estruturação dos produtos turísticos, uma vez que a Província ainda não recebe um número significativo de turistas, embora este tenha vindo a aumentar ao longo dos anos.

A oferta de hospedagem de 3 estrelas ou inferior possui baixa qualidade dos serviços e estruturas deterioradas, com excessão dos hotéis de 5 e 4 estrelas, que são poucos e possuem preços elevados, mesmo para o turismo internacional. Estes preços são altos em função da pouca oferta existente, no entanto, não condizem com os serviços disponíveis e o valor percebido pelos turistas.

Há uma problemática de capacitação de recursos humanos em diversos assuntos como comunicação, higiene, atendimento ao cliente, manejo de alimentos, entre outros. Poucos empreendedores procuram dar oportunidades para comunidade local, incentivar o associativismo, e usar práticas sustentáveis.

Em relação aos meios de alimentação, em 2006 havia 76 de empreendimentos de restauração e bebidas. As taxas de ocupação são baixas, de cerca de 25%. A maior concentração destes estabelecimentos ocorre nas áreas costeiras, são estabelecimentos simples, com opções limitadas de alimentação e bebidas, baixa qualidade dos serviços e estruturas deterioradas. Há problemática de capacitação de recursos humanos

O Fundo Nacional do Turismo é uma fonte que pode auxiliar os empreendimentos pequenos a melhorarem seus equipamentos e serviços prestados.

A Província dispõe de poucas opções de entretenimento, bem como agências para realizarem passeios turísticos locais. Esta situação pode ser explicada pelo baixo fluxo actual de turistas, porém, são serviços potenciais e necessários futuramente, bem como serviços especializados para a realização de eventos.

3.4. Turismo e áreas de conservação na Província de Cabo Delgado

Cabo Delgado abriga o Parque Nacional das Quirimbas, localizado no Arquipélago das Quirimbas em Cabo Delgado, o qual ocupa uma área de 7.500 km², abrangendo ecossistemas marinho e terrestre. A área do parque é atravessada por três rotas migratórias de elefantes, existindo ainda leões, leopardos, búfalos mabecos, palapalas, elandes, aves de rapina (águias e flamingos), peixes do mangal, tartarugas marinhas, dugongos, entre outras. Tem potencial para o desenvolvimento de diversas actividades ligadas ao turismo, como a observação de fauna e flora, caminhadas, mergulho desportivo, entre outros.

Apesar da legislação de Moçambique não permitir assentamentos humanos nos parques nacionais, há um grande número de comunidades habitando o Parque Nacional das Quirimbas, o que gera um desafio de gestão para manter o equilíbrio ecológico, económico e social da área. Vem sendo desenvolvido um plano de manejo para auxiliar este processo, bem como algumas acções já são desenvolvidas com as comunidades como o projeto *Bed and Breakfast* em Ibo, em que os turistas se podem hospedar na casa de habitantes locais, além de transmissão de técnicas para gerir o conflito homem-animal, especialmente aquelas para afastar os animais das machambas comunitárias.

Complementarmente, existem três concessões de caça desportiva. Cada uma é gerida por uma empresa de safari de caça desportiva, as quais montam seus acampamentos de acordo com a procura dos clientes.

Operadores de Caça na Província de Cabo Delgado

Denominação	Concessão	Localização e Área
Kambako Investment Ltd.	Bloco B da Reserva do Niassa; e Coutada Experimental Posto Administrativo de Nairoto Distrito de Montepuez	Lugenda (Bloco B - 2.125 km ²)
Lugenda Wildlife Reserva (LUWIRE)	Bloco A da Reserva do Niassa no Posto Administrativo de Negomano Distrito de Mueda	Negomano (2.910 km ²)
Negomano Safaris	Fazenda de Bravio no Posto Administrativo de Nairoto Distrito de Montepuez	Nairoto (3.900 km ²)

Está em curso a constituição de uma Área de Conservação Tranfronteiriça com a Tanzânia, que irá juntar a Reserva do Niassa e a Reserva do Selous, além de outra com a cadeia das ilhas Quirimbas e do próprio Parque Nacional. A criação conjunta de áreas de conservação são acções de relevância estratégica para o turismo uma vez que os esforços são conjugados no sentido de desenvolver regiões complementares, os custos e manutenção são partilhados, além de se partilhar a preservação e a conservação da biodiversidade – valores que estão cada vez mais presentes na tomada de decisão dos turistas.

4 Visão do turismo na Província de Cabo Delgado

4.1. Visão do turismo para o futuro da Província

O horizonte de tempo para a implementação das acções definidas no PETUR está relacionado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Moçambique – PEDTM, bem como com a Agenda 2025. Desta forma, a visão preconizada orienta-nos para um horizonte temporal até o ano 2013.

Actualmente, a procura do turismo na Província de Cabo Delgado é uma pequena fracção do volume dos turistas que visitam Moçambique. As pesquisas demonstraram que o interesse em viajar para conhecer a natureza é muito significativo. Este facto não é surpreendente devido à importância dos parques nacionais e da rica fauna. De acordo com os dados da DPTUR (2007), registaram-se 52.113 turistas na Província de Cabo Delgado, correspondendo a um aumento de 82,4% em relação ao ano anterior.

Origem	Nº de Turistas
Moçambique	27.536
Estrangeiros	24.577
Total - Ano 2007	52.113

Fontezita 2008

Foram desenvolvidos três cenários como possibilidades do desenvolvimento do turismo na Província até o ano 2025, considerando as macro-tendências do turismo aos níveis regional e internacional, assim como o contexto local, tomando como variáveis o número de turistas, o número de unidades de alojamento e o número de diárias. Este período foi subdividido em metas desejadas para o ano de 2013 e uma visão de longo-prazo para 2025.

Para todos os cenários, com base no quadro de praticabilidade de actividades turísticas na natureza, apresentado de seguida, prevê-se uma ocupação máxima de 60%, equivalente a 219 dias, proporcionada pelas condições específicas da Província de Cabo Delgado.

Praticabilidade Inferida do Receptivo de Turistas na Província de Cabo Delgado

Condição Climática	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Chuvas mm	166	157	192	128	22	16	16	5	5	11	33	129
Temperatura Máxima Média ° C	31.2	31.3	31.4	31.1	30.3	29.1	28.6	29.0	29.8	30.4	31.2	31.4
Turismo de Sol e Praia												
Pesca Desportiva	<i>Dorado - Wahoo - Tuna</i>		<i>Wahoo - Tuna</i>	<i>Tuna</i>			<i>Sailfish - Tuna</i>		<i>Wahoo - Tuna</i>		<i>Dorado - Sailfish - Wahoo - Tuna</i>	
Mergulho Scuba												
Observação de Baleias												
Observação de Tartarugas	<i>4 espécies</i>						<i>4 espécies</i>					
latismo					<i>Ventos aliseos</i>							
Turismo na Natureza												
Ecoturismo												
Observação de Aves	<i>Aves Migratórias Aquáticas</i>											
Observação Fauna Bravia												
Caça Desportiva							<i>Elefante - Leão - Leopardo - Búfalo</i>					

Meses praticáveis	
Meses de maior Procura	

Cenário I - Desenvolvimento Harmónico Sustentável com Foco na Procura

Moçambique promove actualmente o desenvolvimento do turismo na Província de Cabo Delgado, sem uma ênfase especial. A promoção e os investimentos dependem dos operadores turísticos internacionais, dos hotéis e dos fornecedores. Através de acções de marketing em geral, Cabo Delgado passará a ser mais conhecido como um destino de férias, e por consequência, irá melhorar os seus resultados.

Para este cenário, procurou-se alcançar um grau de confiança adequado mediante a adopção de taxas de crescimento em harmonia com os níveis históricos constatados em destinos turísticos domésticos e internacionais. Este cenário foi elaborado com taxas anuais de 2,5%, 5% e 7,5% respectivamente, a mínima, a mais frequente reconhecida pela OMT e a máxima, do conjunto de dados referentes às referidas observações. Deste modo considerou-se o crescimento como uma variável aleatória contínua, que pode assumir qualquer valor dentro de um intervalo com certa probabilidade histórica, como de facto ocorre em actividades sujeitas a riscos que exigem decisões estratégicas.

Partindo portanto de taxas numericamente históricas, atinge-se no, ano de 2025, uma média estatisticamente distribuída da ordem de 81.278 turistas.

Para este cenário foi estimada também a procura por diárias no receptivo assumindo permanências de 2,5 dias, 5 dias e 7,5 dias, respectivamente o mínimo observado, o desejado e o máximo a ocorrer, indicando, face aos actuais baixos índices de permanência, a premente necessidade de reforço dos produtos oferecidos, a fim de se alcançar as previsíveis 203.196 diárias no ano de 2025 que trazem divisas importantes para a balança de pagamentos.

Com base na praticabilidade de actividades turísticas na natureza, resultou numa estimativa média de 2.900 unidades de alojamento no ano de 2025, este número teve por base os baixos índices de permanência previstos e previsíveis.

Cenário II - Desenvolvimento Logístico Sustentável com Foco na Estratégia Desejada

Em consequência das condições específicas da Província de Cabo Delgado, é previsível a ocorrência de duas situações que dificilmente coincidem no desenvolvimento do turismo: o planificado e o efectivamente implantado. O desenvolvimento do turismo na Província de Cabo Delgado tem sido condicionado às iniciativas da oferta de infra-estruturas de acesso como aeroportos, estradas, portos, além do saneamento básico, endemias e segurança.

Como forma de sobrevivência neste ambiente crítico, o Cenário a seguir foi criado pelo reconhecimento da necessidade de uma integração e de um sincronismo das várias estratégias de desenvolvimento da região. Isto exigiria um processo denominado **logístico** o qual consistiria no planeamento, implementação e monitoramento eficaz e eficiente do fluxo turístico desde a promoção nos mercados emissivos, implantação de infra-estruturas até à cadeia produtiva na Província, com o objectivo de satisfazer as exigências do turista em termos de qualidade dos serviços complementares.

Assim definido, o desenvolvimento logístico integra intervenções constantes na tentativa de superar este ambiente de sobrevivência caracterizado, por exemplo, com um turismo presente em alguns lugares, com o uso não sustentável em outros, e em algumas áreas alcançando o fim do ciclo de vida do destino a par da exaustão dos seus recursos naturais.

A construção deste Cenário envolve um desenvolvimento inicial positivo das férias baseadas numa intensa procura não atendida do turismo de “sol e praia”. A procura começa a reduzir,

atingindo um declínio, devido à diferença crescente entre a imagem idealizada e a realidade encontrada no destino. O ponto de inversão da curva do crescimento intenso para a estagnação e o declínio do destino ocorreria em torno do sexto e o oitavo ano após o início do processo. Todavia, a procura geral de viagens para a Província, alcançaria uma evolução de 277% em 15 anos, representada por turistas das excursões realizadas durante as férias de “sol e praia”, que trarão um número adicional significativo de pessoas para a região, combinando com pressões intensas nos recursos naturais.

Enquanto isso, se a Província de Cabo Delgado adoptar conforme o proposto no Plano de Marketing, um enquadramento integrado com os países vizinhos – Quênia, Uganda e Tanzânia – e cuidados especiais com o desenvolvimento do turismo, será beneficiada com a procura crescente para uma actividade intensamente centrada no turismo sustentável.

Partindo portanto de taxas numericamente positivas entre 8% e 20% anuais com forte concentração nas promoções, investimentos e controlo, atingir-se-ia entre os anos de 2012 e 2018 um comportamento declinante e no final da década reiniciar-se-ia um novo período de forte crescimento. Com base nestas variações seria alcançada no ano de 2025 uma média, estatisticamente distribuída, da ordem de 300.000 turistas. Exige, em 2025 um acréscimo da ordem de 13 vezes o actual nível de disponibilidade de Unidades de Alojamento, tomando como base a actual capacidade efectiva instalada da ordem de 519 UA's.

Cenário III - Desenvolvimento Potencial Sustentável com Foco na Motivação pelo Turismo na Natureza

As pesquisas realizadas indicaram um significativo potencial de turistas motivados em conhecer a natureza valendo-se como concentração os destinos de “sol e praia”, o que por efeito sugere formular um cenário que reconheça esta condição, bem como detecte os factores críticos como acessibilidade e oferta de infra-estrutura turística que possam limitar um desenvolvimento mais acentuado em relação aos dois cenários anteriores.

A afluência de turistas pode ter sido influenciada pelos meios de comunicação ou outras situações de percepções momentâneas já que inúmeras variáveis estranhas podem construir a percepção que leve a tomada de decisão da viagem.

No presente cenário foram admitidas taxas aceleradas anuais de 10%, 15% e 20% respectivamente, a mínima, a de intervalo e a máxima. Estes níveis de crescimento implicariam desde o início a necessidade de um eficaz monitoramento dos impactos ambientais e de competitividade da Província como destino turístico. Para que este cenário se concretize de forma equilibrada será necessária a realização de fortes investimentos em infra-estruturas, meios de alojamento e rigorosos programas de sustentabilidade ambiental.

Partindo portanto destas taxas atingir-se-ia no ano de 2025 uma média, estatisticamente distribuída, da ordem de 723.000 turistas nível este que assume uma variação – positiva ou negativa – até 220.000 chegadas, o que define um intervalo de variável aleatória continua adequada para os pressupostos assumidos neste cenário.

Para este cenário foi estimada também a procura por diárias no receptivo assumindo-se permanências de 2,5 dias, 5 dias e 7,5 dias, respectivamente o mínimo observado, o desejado e o máximo a ocorrer, indicando face aos actuais baixos índices de permanência, a premente necessidade de reforço dos produtos oferecidos, a fim de se alterarem as previsíveis 3.225.000 de diárias no ano de 2025 para um alvo de diárias aumentando favoravelmente o saldo comercial de divisas.

Partindo das taxas médias de cada cenário atinge-se no ano de 2025 uma média, estatisticamente distribuída, da ordem de **334.000** turistas, nível este que assume uma

variação – positiva ou negativa – de até **104.000** chegadas, correspondente a um desvio padrão de **31,14%**, apontando para uma taxa média de crescimento de **11,13 % aa** para o mercado de turistas com destino à Província de Cabo Delgado.

Foi definida a visão para o turismo de Cabo Delgado com base no longo prazo pois sabe-se que a consolidação da actividade turística na Província depende de uma série de obras estruturais que precisam de tempo e recursos mais elevados. Outro aspecto é que a planificação e implementação é estabelecida a longo prazo, pois muitas das acções previstas são contínuas e essenciais para incutir a filosofia de desenvolvimento sustentável do turismo.

Com base nos cenários elaborados, optou-se por adoptar o Cenário II – Desenvolvimento Logístico Sustentável com o objectivo de definir a visão do turismo para a Província. Esta escolha foi feita em função deste cenário representar um processo de evolução de número de turistas e capacidade de alojamento mais **competitivo** e **sustentável** em referência ao panorama turístico mundial.

“Cabo Delgado será o destino turístico de Moçambique mais exótico e dinamizador de parcerias regionais com outras províncias e países limítrofes, fomentador de um turismo de alta qualidade e direccionado para os segmentos médio e médio-alto nas áreas do ecoturismo, turismo de mar e sol, observação da fauna e flora e turismo cultural, e dará resposta a uma procura nacional e internacional de 150 mil pessoas até 2013.”

4.2. A força dos recursos

Cabo Delgado possui nos seus recursos a maior fonte de competitividade, conforme referido anteriormente:

- Recursos litorais e marinhos;
- Recursos de natureza e fauna bravia;
- Recursos culturais e artificiais”

Tais recursos devem ser trabalhados no sentido de ampliar sua atractividade através da criação de infra-estruturas, controlo de fauna bravia e demais recursos naturais e culturais, inserção da comunidade na actividade turística e integração destes diversos recursos para criar um produto único diferenciado no mercado, que demonstre a preocupação com a preservação e sustentabilidade local.

4.3. Factores chave de sucesso

Os factores chaves de sucesso do país identificados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) são:

- Capitalização dos recursos naturais e marinhos;
- Desenvolver produtos de eco-turismo;
- Enfoque espacial (APIT's- Áreas Prioritárias para o Desenvolvimento Turístico, ACTF's – Áreas de Conservação Transfronteiriça, Rotas de Regiões);
- Captar a Força da Cultura;
- Mercados de Nicho e Fontes Estratégicas.

Os **FACTORES CHAVE DE SUCESSO** são variáveis que induzem a uma visão realista do turismo e determinam áreas que devem ser potenciadas. Com base nos recursos existentes são considerados os seguintes factores chave de sucesso de Cabo Delgado:

- **Enquadramento dos recursos paisagísticos em rotas turísticas**

A paisagem da Província por si só pode constituir uma atracção turística, desde que seja explicada a fauna e a flora, que poderão ser observadas. A elaboração de material com fotografias e a identificação e caracterização das espécies de plantas e animais poderá ajudar a interessar os turistas pela sua observação “in loco”. Esse levantamento das espécies também pode ajudar à sua preservação se forem definidas regras para esse fim.

- **Aproveitar os recursos do litoral marítimo tanto das ilhas como do continente**

O litoral marítimo é um manancial de possibilidades turísticas. A utilização das praias e do mar para banhos, o mergulho e pesca submarina, o aproveitamento de algas e outras plantas e minerais para programas de terapias naturais; a observação de bancos de corais e espécies raras de peixes, a elaboração de pratos de culinária com produtos do mar. Estes recursos estão disponíveis, há que os utilizar de uma forma equilibrada para não desequilibrar o ecossistema.

- **Criação de produtos turísticos de alta qualidade com base na fauna existente**

A fauna bravia, a caça e a observação de espécies raras podem dar origem a produtos turísticos de alta qualidade direccionados para nichos de mercado. Estes produtos necessitam de várias infra-estruturas que terão previamente que ser construídas. Os turistas englobados neste nicho de mercado são capazes de pagar preços altos para ter acesso aos programas que lhes interessam mas por outro lado exigem condições de comodidade e segurança para esses mesmos programas. O pagamento de uma indemnização a um turista que tenha um acidente ou um problema num destes programas poderá inviabilizar de imediato esse produto.

- **Enquadramento das populações nos programas turísticos valorizando os aspectos culturais**

Cabo Delgado tem uma cultura riquíssima que deve ser preservada, valorizada e difundida. Esses aspectos culturais podem ser divulgados aos turistas desde que as populações sejam sensibilizadas não só para a importância da sua cultura mas também para a importância da sua divulgação pois ajuda a diferenciar a região e por outro lado pode ser uma fonte de receitas.

- **Integração de Cabo Delgado nas rotas turísticas dos países vizinhos e das outras províncias de Moçambique**

Embora Cabo Delgado por si só tenha recursos suficientes para ser um destino atractivo, a sua integração noutras rotas turísticas pode potenciar a captação de turistas. Um turista que queira conhecer a costa do Oceano Índico, por mar, atracará certamente em portos de vários países, podendo-se localizar um dos portos em Cabo Delgado. O custo dos transportes aéreos também poderá ser mais baixo se forem feitas rotas turísticas integradas com outros destinos.

4.4. Mercados estratégicos para Cabo Delgado

No Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) foram definidos vários segmentos do mercado:

- alto/médio/baixo rendimento;
- negócios/lazer;
- doméstico/regional/internacional.

Serão implementados nichos como o mergulho, a pesca de alto mar, a caça, a observação de pássaros, o ecoturismo, o turismo de aventura, turismo de praia e turismo cultural, mais dirigidos para o turismo internacional. O turismo de praia, sol e mar e familiar será mais dirigido para o mercado doméstico e regional.

Os mercados em Cabo Delgado são praticamente os mesmos que os definidos no Plano Estratégico do Turismo para Moçambique, mas com maior incidência nos segmentos médio/alto pois a província possui recursos de excelência, que é necessário rentabilizar e são procurados a nível mundial por esses segmentos. Esses são mercados de nicho para o segmento médio /alto que têm interesses específicos e procuram satisfazer as suas necessidades e pretensões procurando a oferta a nível mundial.

Em Cabo Delgado deverão ser criadas infra-estruturas para receber turistas internacionais que poderão fazer crescer o rendimento da Província, se as condições ambientais forem preservadas e se for mantida a capacidade de carga.

4.5. Mercados de nicho estratégicos para Cabo Delgado

Os nichos de mercado para Moçambique são mergulho, pesca de alto mar, caça, observação de pássaros, eco-turismo, turismo de aventura, cruzeiro, mercado de luxo de alto rendimento e turismo cultural. Em Cabo Delgado podem ser desenvolvidos todos estes nichos, pois enquadram-se nos recursos e potencialidades da Província e outras características da região.

Os nichos a considerar para Cabo Delgado serão os seguintes:

- Turismo de sol e praia;
- Mergulho;
- Observação de espécies marítimas;
- Turismo de natureza;
- Ecoturismo;
- Observação de aves;
- Observação de fauna bravia;
- Caça desportiva.

4.6. Mercados emissores estratégicos para Cabo Delgado

Em Cabo Delgado não há dados que permitam identificar e segmentar a procura. Apenas se pode fazer a distinção entre nacionais e estrangeiros. No entanto a procura a nível nacional, em princípio, não será muito diferente da de Cabo Delgado, até porque há operadores turísticos internacionais que têm pacotes de viagens com vários destinos dentro de Moçambique, sendo um deles Cabo Delgado

Portanto alguns turistas que visitam Cabo Delgado também visitam outros locais de Moçambique, embora os que vão a Cabo Delgado sejam em muito menor número que os visitantes ao nível nacional.

Estudos preliminares realizados em 2004 e 2006 identificaram como **mercado-alvo próximos à província de Cabo Delgado** (mercado interno, África do Sul, Portugal, Zimbabué e Suazilândia), os mercados com forte sinergia cultural (Brasil, Arábia Saudita e Angola) e, por fim, os mercados estratégicos caracterizados por concentrar pessoas com bom poder de compra e, portanto, viajantes em potencial (Espanha, Grã Bretanha, Itália, Alemanha, Países Baixos, Estados Unidos). Para cada um desses mercados, deverá ser desenvolvido um plano de acção específico, uma vez que as necessidades e motivações de consumo são bastante diferenciadas e, também, em virtude da limitada capacidade de investimento em marketing, deverão ser definidas prioridades.

Cabo Delgado é um dos destinos apontados como privilegiado e que reúne condições naturais bastante procuradas pelos turistas internacionais. O turismo começou a ser desenvolvido há menos de 10 anos apresentando ainda bastantes fragilidades paralelamente a um grande potencial.

4.7. Conjugação de produtos e mercados

Com base no zoneamento proposto para Cabo Delgado, a seguir é apresentado um quadro resumo com os produtos-chave e os segmentos de mercado a serem captados.

As zonas turísticas potenciais existentes na Província de Cabo Delgado

Zona	Tipo	Nome e localização	Potencialidades	Produtos-chave	Segmentos de mercado
1	A/B	Zona Litoral Sul Área de Pemba-Mecúfi	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura: artesanato (escultura makonde, cestaria), património (Fortim, cidade baixa, Paquitete), danças e outras manifestações plásticas e culturais; • Beleza cénica: baía de Pemba, costa de Mecúfi e estuários do Lúrio e do Megaruma; • Desportos marinhos: mergulho, observação de espécies marinhas e terrestres, passeios de barco e pesca desportiva; • Núcleo urbano de Pemba; • Praia urbana de grande qualidade e outras praias com grandes potencialidades. 	Sol, praia e mar; Cultura-História; Desportos aquáticos.	Lazer internacional, regional e doméstico; Turismo urbano; Turismo cultural; Negócios domésticos, regionais e internacionais.
2	A/B	Área Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura: património (Vila do Ibo), artesanato (ourivesaria), danças e outras manifestações culturais; • Ecológica: riqueza faunística, florestal e florística; • Beleza cénica: montes ilhas, ilhas, estuário de Quissanga; • Desportos marinhos: pesca desportiva, mergulho; • Praias pristinas e pintorescas. 	Observação de flora, fauna e paisagens; Cultura-História; Sol, praia e mar; Desportos terrestres e aquáticos; Turismo de Aventura.	Eco-turismo internacional, regional e doméstico; Turismo cultural internacional, regional e doméstico.
3	B	Zona Litoral Norte e Área do Rovuma	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura: artesanato (cestaria), danças e outras manifestações culturais; • Ecologia: riqueza faunística, florestal e paisagística; • Beleza cénica: bacia do Rovuma, farol de Quionga, baía de Palma, ilhas, lagoas de Nangade e Lidede e zonas húmidas de Palma; • Desportos marinhos: pesca desportiva, mergulho; • Desportos terrestres: safaris fotográficos e de caça, pesca de água doce e canoagem. 	Sol, praia e mar; Observação de paisagens, flora e fauna; Desportos terrestres e aquáticos; Caça; Cultura-História.	Eco-turismo internacional, regional e doméstico; Lazer internacional e regional; Turismo cinegético e de safari internacional.

As zonas turísticas potenciais existentes na Província de Cabo Delgado

Zona	Tipo	Nome e localização	Potencialidades	Produtos-chave	Segmentos de mercado
4	B	Zona Interior Norte Área de Mueda - Muidumbe	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura: património (bases da Luta Armada de Libertação Nacional e locais históricos da Independência Nacional), artesanato (escultura makonde), danças e outras manifestações culturais; • Ecologia: riqueza faunística, florestal, paisagística e florística; • Beleza cénica: Negomano, Lugenda, limites do planalto de Mueda e bacia do Rovuma; • Desportos terrestres: caminhadas e excursões, caça desportiva, canoagem e pesca de água doce. 	<p>Cultura-História; Observação de paisagens, flora e fauna; Desportos terrestres; Caça.</p>	<p>Eco-turismo internacional, regional e doméstico; Turismo cultural e de investigação internacional e doméstico; Turismo cinegético e de safari internacional.</p>
5	B	Zona Interior Oeste Área de Lugenda - Balama	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura: artesanato (cestaria), património (locais sagrados e missões religiosas coloniais), danças e outras manifestações culturais; • Ecologia: riqueza faunística, florestal e paisagística; • Beleza cénica: bacia do Lugenda e montes ilha; • Desportos terrestres: safaris fotográficos e de caça, caminhadas a pé, excursões e pesca de água doce. 	<p>Observação de paisagens, flora e fauna; Desportos terrestres; Caça; Cultura-História.</p>	<p>Eco-turismo internacional, regional e doméstico; Turismo cinegético e de safari internacional; Turismo cultural e de investigação doméstica e internacional.</p>

(Fonte: Consórcio MundiServiços, Ruschmann Consultores e USEC, 2007)

4.8. Factores base

Conforme definido no PEDTM, o sector de turismo saudável só pode emergir em países com um nível básico de provisão de infra-estruturas e serviços. Esta indústria depende muito das infra-estruturas sócio-económicas do país. Daí que sejam exigências para o desenvolvimento do turismo:

1. A provisão e qualidade mínima de infra-estruturas;
2. O conhecimento (estatísticas de turismo, migração, o impacto económico de turismo, pesquisa de mercado, etc.);
3. Os recursos humanos e um quadro institucional adequado (leis, governação, cooperação sectorial);
4. A estabilidade e a segurança; e
5. Os recursos financeiros.

A constante actualização desses factores de base é considerada uma prioridade e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Turismo aborda, no quadro da implementação, as exigências que o sector do turismo coloca para cada um dos factores básicos acima referenciados.

5 Desafios para o desenvolvimento estratégico e sustentável do turismo

5.1 Enfoque e quadro institucional

No contexto do quadro institucional, o modelo de gestão deve ser participativo, descentralizado e harmonizado. A consideração dos atributos de satisfação das partes interessadas no turismo, como os turistas, a concorrência, investidores, operadores turísticos, governo (em aspecto mais amplo, como, por exemplo, a instancia provincial ou até mesmo a orientação governamental estatal, porém do ponto de vista global) é fundamental para a instituição. De seguida enumeram-se os princípios que devem nortear o modelo de gestão pública do turismo:

- Participação;
- Descentralização;
- Foco nos clientes;
- Foco na sustentabilidade;
- Foco na redução da pobreza;
- Aprendizagem organizacional;
- Empoderamento;
- Integração dos diferentes níveis de governação do âmbito nacional ao distrital;
- Maximização e sinergia entre as áreas;
- Democratização e transparência da informação;

A posição de mercado, a imagem institucional, o aprimoramento dos produtos, serviços e processos para atendimento a turistas, as estratégias de colocação de produtos/serviços em mercados e segmentos, o foco intenso nos clientes (sejam os turistas ou a comunidade local do ponto de vista do desenvolvimento sustentável), a compreensão dos interesses e o relacionamento com os investidores, as parcerias com os operadores turísticos e os concorrentes, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação com o público externo e o fortalecimento das acções de marketing para impulsionar o desenvolvimento turístico, são aspectos chave desta componente. Além disso, a participação e o desenvolvimento das comunidades vai ser fundamental para as instituições que trabalham sob o foco da sustentabilidade.

A relação instituição-indivíduo com o objectivo de permanente aprendizagem e crescimento pessoal e da organização é traduzida pelos sistemas de gestão do desempenho de pessoas, de remuneração e de reconhecimento associado ao desempenho, pelo plano de carreiras e sucessão na gestão, pela gestão da qualidade de vida e pelos planos de desenvolvimento profissional. Além dos sistemas e planos citados, a comunicação interactiva e contínua merece destaque para a gestão do turismo já que pode facilitar a compreensão do rumo desejado, mobilizar para atingir as metas traçadas e estreitar as relações entre gerentes/directores e demais funcionários. Além disso, investir nas pessoas para que flua a consciência da sua missão pessoal e ao mesmo tempo, compartilhar a missão organizacional traz maior facilidade no alinhamento de objectivos individuais a objectivos empresariais e uma oportunidade incrível de aumentar o nível de satisfação dos empregados e obter o desenvolvimento da organização.

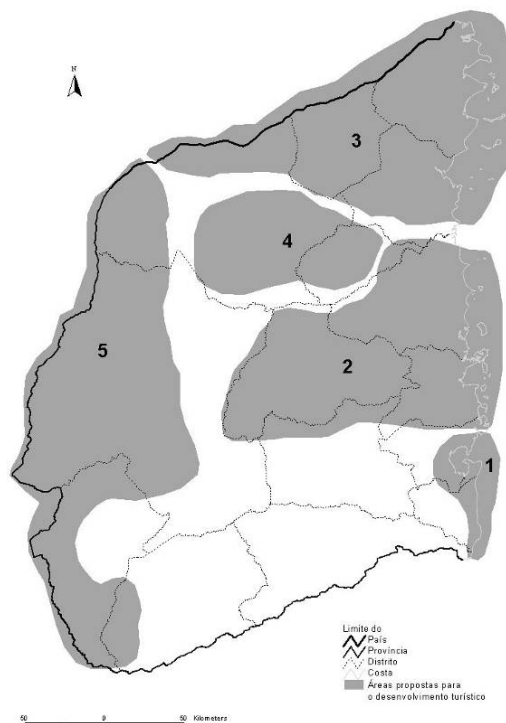
Complementarmente, a gestão eficiente e estratégica é necessária, pois envolve a planificação, execução, controlo e acções correctivas; direcciona as pessoas e os recursos para agregar valor aos produtos e serviços, para obter resultados. O gestor encontra-se diante de grande oferta de abordagens e da diversidade de variáveis que exigem a sua atenção. Harmonizar e ao mesmo tempo estar atento a estas variáveis, mostram a extensão do desafio a cumprir.

O modelo de gestão pública e descentralização de competências desenvolvido ao abrigo da Lei nº 8/2003 dos Órgãos Locais do Estado, estabelece a transferência de competências em matéria de turismo aos Governos e Serviços Distritais, pelo que deve favorecer-se uma gestão harmónica e coordenada entre os diferentes níveis de intervenção. Para isso, a capacitação e fortalecimento dos distritos mostra-se como uma componente chave na estratégia de governabilidade e gestão do turismo.

5.2. Enfoque e quadro espacial do turismo na Província

5.2.1. Zoneamento e áreas turísticas de Cabo Delgado

Seguindo a estrutura de planificação definida no PEDTM, foram definidas Áreas Prioritárias para Investimento – APITs a nível provincial. Há dois tipos de APITs na Província: duas do tipo “A/B”¹ que são aquelas que possuem um desenvolvimento limitado do turismo, embora a actividade ocorra, ainda existem limitações para a sua consolidação em função da falta de infra-estruturas, entre outros; três APITs do tipo “B” que são aquelas áreas com elevado potencial, mas que efectivamente ainda não têm um nível significativo de desenvolvimento do turismo.



¹ A metodologia para a definição de APITs está definida a partir do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013).

ZT	Tipo	Turismo
1	A/B	ZT Litoral Sul Área de Pemba - Mecúfi
2	A/B	ZT Área Interior Centro e Arquipélago das Quirimbas
3	B	ZT Litoral Norte e Área do Rovuma
4	B	ZT Interior Norte Área de Mueda - Muidumbe
5	B	ZT Interior Oeste Área de Lugenda - Balama

De forma geral, a riqueza cénica, histórico-cultural e de flora e fauna favorece a província de Cabo Delgado a explorar os seguintes produtos turísticos: **Ecoturismo e aventuras; Patrimônio histórico-cultural; Festivais; Estâncias termominerais; Turismo de eventos e Turismo rural.**

Todavia, estes produtos somente se consolidarão com investimentos em infraestruturas, tais como: vias de acesso, locais para acomodação de turistas; organização dos operadores turísticos e um plano de ações definido; marketing dos produtos turísticos existentes; maior abertura e incentivos para os investidores; capacitação em níveis diversos; e, maior envolvimento das comunidades na protecção dos recursos existentes, por forma a contribuírem para o desenvolvimento sustentável do turismo e alívio da pobreza.

O envolvimento das comunidades com os atractivos é essencial para que percebam o espaço e cuidem dele. Acredita-se que o incentivo de viagens locais é uma das formas de capacitar as comunidades para que lidem com o turismo de forma positiva. O estudo do meio, também é uma forma de educação que pode auxiliar o aprendizado dos estudantes por tratar na prática de assuntos debatidos na sala de aulas. As experiências vivenciais geralmente possibilitam maior aprendizado dos indivíduos e possibilitam que o senso de cidadania seja cultivado. Destaca-se a necessidade de infra-estruturas adequadas, guias e segurança nos locais para que a população seja transportada localmente e conheça seu território. O mesmo é válido para os outros tipos de turismo.

Além do turismo educacional, o investimento em turismo de eventos é uma das formas de mitigar a sazonalidade do turismo. No entanto, destaca-se novamente, a falta de estruturas adequadas para esta actividade. O equilíbrio entre a criação de infra-estruturas de apoio ao turismo e a manutenção dos recursos naturais existentes será difícil, mas deve ser uma das grandes preocupações para o desenvolvimento do turismo em Cabo Delgado.

Tais atractivos encontram-se no estado denominado de recursos, uma vez que muitas das vezes ainda não estão devidamente estruturados para receber turistas. Apesar de belas praias, não há, por exemplo, salva vidas em caso de algum acidente. Não há postos de informações, placas indicativas, sinalização ou até mesmo a cobrança da entrada em alguns atractivos que poderiam ser rentabilizados para sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

Há um grande potencial, sem dúvida. Porém, deve-se cuidar da gestão adequada das áreas, controlando o acesso em alguns casos como o Parque Nacional das Quirimbas por exemplo, ou então organizando apresentações culturais de forma a não alterar as tradições locais. Será importante definir os segmentos a serem atraídos para cada produto específico facilitando o maneiio adequado dos atractivos. Há ainda, uma série de construções com valor histórico e artístico que podem ser recuperadas e servir de uso turístico, tanto em termos de oferta turística, como em museus, entre outros.

5.2.2. Desenvolvimento de rotas e circuitos estratégicos do turismo

Com base no PEDTM, foram definidas as seguintes rotas estratégicas que englobam a Província de Cabo Delgado:

Rotas Turísticas do Norte	
Rota de “Costa e Cultura”	Nampula/Nacala - Ilha de Moçambique – Pemba – Quirimbas A única rota de curto prazo no norte que liga a Ilha de Moçambique, património mundial da UNESCO, com as praias tropicais, ilhas virgens, águas quentes e recursos marinhos ricos e vários. As oportunidades de eco-turismo nas Quirimbas e a experiência cultural de ilha do Ibo completam esta jornada de descoberta dos tesouros do norte de Moçambique.
Costa de “Shawili”	Zanzibar – Bulawayo – Pemba (Tan) - Mtwara (Tan) – Palma – Mocimboa da Praia – Quirimbas – Pemba Uma oportunidade de longo prazo que liga as experiências costeiras de Moçambique e da Tanzânia. O sucesso depende do desenvolvimento da APIT do norte em Cabo-Delgado, o Corredor de Mtwara e o Circuito do sul da Tanzânia. A cultura dos povos da região e a rica tradição e história de comércio, as lindas praias e as oportunidades de desportos aquáticos constituem os elementos-chave desta rota.
Rota “Lago-a Costa”	Pemba – Quirimbas – Reserva de Niassa – Lago Niassa Uma rota de longo prazo que liga as águas quentes do Índico às águas doces do Lago Niassa. Uma versão consolidada desta rota, Pemba – Reserva de Niassa, ligando as praias tropicais de Cabo Delgado com a selva absoluta do Niassa já está a funcionar, principalmente para caçadores e outros mercados de nichos. Actualmente existem constrangimentos relativamente à infra-estrutura e será necessário fazer importantes investimentos em estradas e tráfego aéreo.
Descoberta do norte	Nacala/Ilha de Moçambique – Corredor de Nacala – Nampula – Gurue – Cuamba – Lichinga – Metangula – Reserva de Niassa – Palma – Quirimbas – Pemba – Nacala Uma rota circular que liga todas as APITs do norte. As vastas distâncias e a falta de infra-estrutura vai exigir uma rede aérea entre as APITs. A rota deve juntar cultura, praia e vida selvagem.

5.3. Áreas prioritárias de intervenção e actuação

5.3.1. Fortalecimento da gestão para o turismo

Manter-se no mercado turístico constitui um desafio cada vez maior para os destinos, em função da existência de muitas opções de produtos de excelência e diferenciados que respondem a todos os gostos e desejos dos viajantes. Para ser competitivo, um destino depende da estruturação sustentável do seu território e de sua gente, o qual deve ser capaz de proporcionar uma característica única e suficientemente atraente para fluxos potenciais.

A Direcção Provincial do Turismo é uma instituição jovem que está em processo de consolidação da identidade organizacional. Desta forma é natural que existam alguns aspectos a serem melhorados. A maior necessidade existente é a criação de capacidades humanas, a qual acaba por ter um papel chave na operacionalização das acções previstas no PETUR.

O mesmo acontece com o Parque Nacional das Quirimbas, cujas necessidades em termos de quadro técnico e de um estatuto orgânico, mostram-se como essenciais para o desenvolvimento da sua gestão.

Um outro ponto chave em termos de fortalecimento das instituições ligadas ao turismo é o dos Serviços Distritais de Actividades Económicas, onde se devem criar as condições técnicas, humanas e materiais para o desempenho das suas funções.

Cada vez há mais consciência da necessidade de preservação dos recursos naturais e da geração máxima de benefícios para os actores sociais envolvidos neste processo. Para que esta estruturação seja realizada de maneira eficaz e permanente, torna-se necessária a existência de uma capacidade institucional instalada voltada para um modelo de gestão participativa e de elevado desempenho organizacional.

5.3.2. Melhoria das infra-estruturas e recursos básicos necessários para o desenvolvimento do turismo

O desenvolvimento de actividades turísticas sem uma planificação e estruturação adequadas gera impactos sociais e ambientais significativos. Os principais impactos existentes na Província estão relacionados com a falta generalizada de infra-estruturas básicas como os serviços de abastecimento de água, sistema de esgotos, manuseamento de resíduos sólidos e, acesso e transportes.

As obras de saneamento básico, por si só, representam a mitigação de uma série de impactos negativos associados à carência de infra-estruturas básicas. As obras de saneamento exigem medidas de controlo e manutenção pois, caso contrário, corre-se o risco de perda do investimento realizado ou pelo menos de parte dele. Assim, parte dos investimentos devem ser aplicados na divulgação dos projectos à população beneficiária, tendo como objectivo a consciencialização sobre os problemas a serem mitigados pelas obras, custos directos e indirectos das mesmas e necessidades de manutenção, de forma a tornar o público utilizador co-responsável pelos recursos aplicados.

5.3.3. Atração e captação de investimentos

Cabo Delgado vem apresentando taxas de crescimento elevadas, no entanto, ainda não há um aporte de recursos financeiros a nível governamental que seja suficiente para implantar determinados tipos de acções. Existem programas de desenvolvimento para a Província provenientes de órgãos de apoio internacionais que podem ser melhor aproveitados, através de trabalho conjunto entre as partes para dar maior ênfase as necessidades locais. A captação de investimentos é uma medida que pode ampliar a capacidade económico-financeira para implementar acções essenciais para o turismo.

Acredita-se que, os investimentos em empreendimentos turísticos possam crescer ainda mais devido ao potencial local e a previsão do aumento dos fluxos turísticos, desde que algumas condições básicas sejam atendidas, como o desenvolvimento de infra-estruturas urbanas e serviços de apoio.

Torna-se necessário um trabalho conjunto com outras instituições do Governo da Província, para a identificação de oportunidades de negócio e divulgação dos mesmos a potenciais investidores nacionais e internacionais. Deve ser feito um levantamento dos investidores potenciais, contemplado num plano específico que se concretiza em um Manual de Investimentos. A realização de eventos e seminários, contactos directos em eventos, bem como viagens de familiarização são actividades indicadas para aproximar estes investidores.

5.3.4. Melhoria da oferta de empreendimentos e serviços turísticos na Província

A oferta turística de Cabo Delgado, formada pelos meios de alojamento e meios de alimentação ainda apresenta taxas de ocupação baixas, em função do fluxo turístico ser pequeno. Este quadro contribui para que os valores cobrados sejam altos, a fim de que os empreendimentos dêem o retorno financeiro necessário. No entanto, a prestação de serviços não condiz com os preços praticados na maior parte destes empreendimentos.

Poucos empreendimentos possuem programas de gestão sustentável de resíduos sólidos por não haver uma estrutura básica urbana adequada. O turismo sustentável passa pela melhoria da qualidade da oferta turística, tanto na gestão dos impactos negativos ao meio ambiente, quanto pela capacitação dos recursos humanos. Sabe-se que as acções de infra-estruturas básicas são prioritárias e possuem custo elevado, necessitando de maior tempo para a sua conclusão.

Por vezes, um bom atendimento acaba por amenizar problemas estruturais existentes. Prova disso é que, mesmo em destinos mais consolidados e estruturados, quando um turista recebe um atendimento abaixo do esperado não importa a beleza do local. Ele pode nunca mais retornar ao destino e não o recomendar para outros potenciais turistas.

5.3.5. Utilização sustentável dos atractivos turísticos naturais

Cabo Delgado possui recursos naturais excelentes para o turismo como praias, rios, florestas, inselbergs, fauna bravia, espécies marítimas e aves. No entanto, os mesmos ainda não constituem, na sua maior parte, atractivos. Para se tornar um atractivo, devem existir condições mínimas que possibilitem a sua utilização e/ou visita. Uma praia, por exemplo, deve ter a água do mar propícia para o banho ou para outras actividades propostas, infra-estruturas de apoio como corpo de socorrismo, a presença de estabelecimentos de alimentação próximos, entre outros.

Outro aspecto é referente ao controlo dos recursos naturais, a fim de determinar capacidades de carga e limites de mudança aceitáveis em ambientes naturais sensíveis. A presença humana sempre gera algum tipo de impacto no meio ambiente sendo prioritária a identificação das principais acções para a conservação ou recuperação das condições naturais das áreas.

O controlo também é necessário sobre a fauna a fim de identificar pontos de potencialidades de turismo cinegético e o seu manuseamento adequado. Deve-se levar em consideração que muitos destes recursos são utilizados pela população local para actividades de lazer e subsistência, pelo que o conhecimento e a coordenação com as comunidades locais deve ser estendido.

Actualmente o monitoramento dos recursos naturais não está a ser desenvolvido de maneira adequada e abrangente. Frente ao futuro desejado em que se pretende que os fluxos turísticos sejam ampliados, torna-se necessário um maior empenho em actividades de inspecção ambiental e fiscalização dos recursos naturais.

5.3.6. Utilização sustentável dos atractivos turísticos culturais

Se num destino turístico o território é o “corpo”, pode-se afirmar que as pessoas são a “alma” do lugar. A personificação do espaço é um dos aspectos diferenciais que marcam o turismo. O ser humano está sempre à procura do novo, do diferente, de experiências e sensações que permitam que cresça e se desenvolva. O contacto com pessoas diferentes permite que se atinja este objectivo.

Os recursos culturais de Cabo Delgado caracterizam-se pela sua singularidade. Os hábitos e costumes dos povos, nomeadamente os Macuas, Mwanis e Makondes, são bastante expressivos e típicos desta região, o que acaba por diferenciar a Província em relação a outros destinos. O artesanato local é o aspecto cultural mais presente nas práticas turísticas actuais. Há pouca utilização de outros elementos como gastronomia, eventos e danças típicas, vestuário, rituais, mercados locais, produtos típicos locais como ervas de cura, alimentos diferenciados, raízes de árvores para fins diversos, entre outros.

Utilizar os recursos culturais exige um processo de sensibilização e construção junto à comunidade local a fim de se ter uma conservação adequada das tradições, evitando a descaracterização dos usos e costumes locais e promovendo a valorização da identidade cultural. O aproveitamento da cultura constitui uma oportunidade de negócio para a população, em virtude da sua tradição ter o potencial de constituir produtos diferenciados para os turistas, tornando-se numa forma de integração e participação social no turismo.

5.3.7. Desenvolvimento dos recursos humanos e integração social

Cabo Delgado possui um grande número de pessoas com potencial para actuarem na área do turismo. No entanto, há baixas taxas de escolarização desta população, o que se reflecte algumas vezes na qualidade dos serviços turísticos prestados. Há dificuldade de acesso à educação em alguns casos, devido à falta de escolas. Por outro lado, a formação no caso do turismo não exige, na maioria dos casos, formação de nível superior uma vez que a maior parte das funções são extremamente operacionais.

Ainda há pouca quantidade de cursos técnicos voltados para a actividade turística na Província, a maior parte ocorrendo de maneira pontual. Por outro lado há a presença de uma universidade, que possui o curso de formação em turismo e dispõe de alunos e professores capazes de serem multiplicadores de educação na área, bem como de actuarem directamente em funções do sector. Os próprios trabalhadores que já actuam na área podem ser os multiplicadores deste conhecimento.

A capacitação não passa apenas pela realização de cursos específicos. As pessoas adquirem o conhecimento em uma série de situações e vivências quotidianas. Desta forma, outras actividades, mais subtis, podem desenvolver as pessoas, como eventos culturais, passeios, troca de experiências através de conversas, leituras, televisão, rádio, entre outros

5.3.8. Promoção e comercialização do produto turístico de Cabo Delgado

Um dos elementos chave para catalizar um desenvolvimento competitivo e sustentável do turismo na Província é o estabelecimento de uma estratégia de marketing concreta que capitalize as suas potencialidades, não só para com os seus produtos turísticos, mas com enfoque nos resultados dos esforços da construção de uma imagem de uma Província em desenvolvimento com personalidade.

A Província apresenta um desenvolvimento limitado do turismo, caracterizado por pequenos fluxos turísticos e investimentos na oferta de equipamentos específicos que vem aumentando anualmente. Por outro lado, existe uma falta de integralidade quanto à visão do fenómeno turístico, o que não favorece o seu desenvolvimento pleno. Actualmente o desenvolvimento do marketing ainda é incipiente.

O nível de acções de marketing deve acompanhar o ciclo de vida do produto turístico. Isto significa que, actualmente é natural que não seja feita uma campanha promocional agressiva em função de não existir ainda as condições de desenvolvimento adequadas.

Cabo Delgado para ser única deve ter uma comunicação selectiva, uma credibilidade de imagem, um equilíbrio na sua promoção, fundamentada realisticamente no seu potencial de desenvolvimento, com foco no desejado pelos consumidores do turismo e alinhado em sinergia com os fornecedores de produtos e serviços e os actores sociais.

A gestão do marketing deverá ser compartilhada entre as instituições públicas, o sector privado da hospitalidade e os actores sociais de modo que se constitua uma aliança estratégica com responsabilidade participativa e de eficiência no processo de atracção de turistas. A necessária sinergia com os três mais competitivos destinos da Região – Quénia, Tanzânia e Uganda – recomenda a formulação de alianças estratégicas.

6 Matriz de Actividades

6.1. Estratégia e plano de acção

6.1.1 Objectivos estratégicos

Para guiar o desenvolvimento do turismo em Cabo Delgado, há quatro principais áreas chave para implementação, com os principais objectivos estratégicos:

Gestão do Turismo

- Estabelecer um quadro institucional eficaz e eficiente para a gestão integrada do turismo;
- Garantir o cumprimento da normativa e o controlo das actividades turísticas de acordo com critérios de qualidade e sustentabilidade;
- Fortalecer as capacidades de gestão em matéria de turismo nos órgãos locais do Estado.

Produto Turístico

- Desenvolver productos turísticos sustentáveis e de qualidade;
- Garantir o uso sustentável dos recursos naturais e a protecção da biodiversidade;
- Garantir a gestão e conservação do património cultural com fins turísticos como elemento de valorização da cultura nacional e divulgação dos valores culturais locais;
- Diversificar o produto turístico de acordo com os segmentos de mercado ocorrentes e potenciais para a Província;
- Desenvolver o turismo como instrumento efectivo de desenvolvimento social e económico das comunidades e combate a pobreza.

Marketing Turístico

- Desenvolver o marketing integrado do turismo para a Província;
- Promover a comercialização e divulgação do destino Cabo Delgado como producto turístico nos principais mercados emissores e potenciais;
- Promover alianças de marketing com outros destinos da região da África do Leste e Subsahariana.

Recursos Humanos

- Desenvolver a qualidade dos recursos humanos na prestação de serviços do sector do turismo nos vários níveis de intervenção;
- Diversificar a oferta da força de trabalho local através da formação para responder às necessidades do sector do turismo.

6.1.2. Linhas de Orientação Estratégica

Gestão do turismo

- Instituir uma cultura de orientação para as necessidades e motivações dos clientes turísticos;
- Instituir a Comissão de Facilitação Turística para aumentar o relacionamento da DPTUR com outras entidades públicas, bem como ampliar o relacionamento inter-sectorial a nível provincial;

- Promover a associativismo;
- Desenvolver e promover o turismo de uma forma integrada com todos os potenciais intervenientes (stakeholders);
- Adequar a estrutura funcional da Direcção Provincial do Turismo às novas exigências do desenvolvimento turístico na Província;
- Dotar a Direcção Provincial do Turismo com os meios físicos e logísticos necessários ao crescimento do turismo;
- Planificar formas de financiamento das entidades estatais ligadas ao turismo.

Produto Turístico

- Dotar a Província de infra-estruturas básicas cruciais para o desenvolvimento turístico;
- Divulgar e promover a fauna e a flora;
- Realizar actividades de controlo dos impactos sociais, ambientais e económicos do turismo;
- Criar infra-estruturas de apoio ao turismo;
- Desenvolver mecanismos de participação das comunidades no desenvolvimento do turismo;
- Desenvolver o ecoturismo e turismo de aventura;
- Divulgar e promover o património cultural material e imaterial;
- Organizar eventos dirigidos para o turismo;
- Estudar e potencializar os diversos segmentos de turismo da Província;
- Implantar um sistema de qualidade de prestação de serviços turístico.

Marketing Turístico

- Desenvolver programas agressivos de captação de investidores para superar as carências detectadas relativamente às infra-estruturas;
- Manter informados os potenciais clientes relativamente ao desenvolvimento do turismo na província e actualizar permanentemente as informações;
- Incentivar o desenvolvimento da oferta turística incrementando a venda pela Internet;
- Motivar os operadores turísticos a venderem o destino Cabo Delgado;
- Criação de alianças estratégicas entre a Província de Cabo Delgado e, por extensão, o Arco Norte de Moçambique, com a Comunidade do Leste Africano para o desenvolvimento conjunto do turismo da Região.

Recursos Humanos

- Criar na Direcção Provincial do Turismo uma estrutura para gerir processos de capacitação e formação no sector do turismo em Cabo Delgado;
- Criar programas de capacitação e formação de recursos humanos no sector;
- Elaborar programas de capacitação de formadores nas vertentes técnico-pedagógica e nas várias áreas do sector turístico;
- Promover as parcerias público-privadas para a criação de um centro de formação para o sector turístico;
- Articular com a Universidade Católica em Pemba os cursos e áreas de formação relativamente ao sector do turismo;
- Promover a oferta formativa através da Associação de Hotelaria e Turismo de Cabo Delgado;
- Promover iniciativas de empreendedorismo local;
- Integrar a oferta nacional (cursos promovidos pelo FUTUR e pela Escola da Andalucia) com a oferta a dinamizar em Cabo Delgado;
- Promover programas de formação-acção para a capacitação de quadros moçambicanos;
- Implementação de um selo de qualidade na formação, através da validação dos cursos pela DPTUR;
- Implementação de um plano de carreiras na hotelaria.

6.1.3. Vectores estratégicos

Os VECTORES do Turismo em Cabo Delgado, representando os caminhos e rumos prioritários a serem seguidos em função das linhas de orientação e prioridades estratégicas definidas, são os seguintes:

- Reforço e fortalecimento da gestão do turismo;
- Melhoria das infra-estruturas e recursos básicos necessários ao desenvolvimento do turismo;
- Desenvolvimento e melhoria da oferta de empreendimentos e serviços turísticos na Província;
- Aposta no desenvolvimento sustentável dos atractivos turísticos naturais;
- Aposta no desenvolvimento sustentável dos atractivos turísticos culturais;
- Desenvolvimento dos recursos humanos e a integração social;
- Atracção e captação de investimentos;
- Promoção de programas de marketing e nichos de mercado associados ao produto turístico Cabo Delgado.

6.1.4. Plano de Acção

Para responder aos desafios anteriormente apresentados e a prossecução das metas definidas nos cenários, bem como a consolidação da visão do turismo pretendida para Cabo Delgado, torna-se necessária a elaboração de programas específicos segundo os objectivos estratégicos definidos, para cada eixo de intervenção.

1. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO DO TURISMO DE CABO DELGADO

1.1. Subprograma de participação da população no desenvolvimento e controlo de actividades turísticas

- 1.1.1. Estudos sobre as necessidades dos diversos actores sociais que se relacionam com a instituição.*
- 1.1.2. Instituir a Comissão de Facilitação Turística a nível provincial.*
- 1.1.3. Estabelecer Conselho Coordenador Provincial do Turismo.*

1.2. Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo

- 1.2.1. Desenvolvimento de processos de avaliação da gestão do conhecimento.*
- 1.2.2. Capacitação dos RH da DPTUR, Serviços Distritais de Actividades Económicas e Conselhos Municipais através de cursos especializados.*
- 1.2.3. Capacitação dos RH da DPTUR, Serviços Distritais de Actividades Económicas e Conselhos Municipais – fase 02.*
- 1.2.4. Adequação da estrutura funcional para o melhor cumprimento das suas competências através da contratação de recursos humanos.*
- 1.2.5. Instituir plano de prémios.*
- 1.2.6. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equipamentos de informática (notebooks, impressoras, scanners).*
- 1.2.7. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de automóveis.*
- 1.2.8. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equipamentos electrónicos como máquinas fotográficas digitais, rádios, gps.*
- 1.2.9. Mudança da sede da DPTUR (Construção ou recuperação de novo Edifício).*
- 1.2.10. Aquisição de uma residência para o Director Provincial*
- 1.2.11. Reforçar o efectivo de RH especializados na área do turismo nos Serviços Distritais Activ. Económicas e Conselhos Municipais.*
- 1.2.12 Desenvolver um plano de capacitação para a equipa do PNQ.*

1.3. Subprograma de optimização das finanças e da economia

- 1.3.1. Instalação de representação do Fundo Nacional de Turismo na Província.*
- 1.3.2. Estudar novas formas de financiamento para a criação de novos fundos de turismo.*
- 1.3.3. Desenvolver um plano de cobrança de taxas no Parque Nacional das Quirimbas.*

2. PROGRAMA DE MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS

2.1. Subprograma de saneamento básico

- 2.1.1. Ampliar sistema captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água - Pemba, Mocímboa da Praia, Ibo, Mueda, Palma e Macomia Sede.*
- 2.1.2. Campanhas educação ambiental actores sociais ligados ao turismo quanto à manutenção dos recursos hídricos em Pemba, vila de Mocímboa da Praia, Ibo, Mueda, Palma e Macomia Sede.*

2.1.3. Estabelecer quadro de controlo de qualidade das águas utilizadas nos estabelecimentos de turismo.

2.1.4. Construção de sanitários públicos nas orlas das áreas prioritárias de turismo.

2.1.5. Implementar rede de esgotos nas APIT's.

2.2. Subprograma de gestão de resíduos sólidos

2.2.1. Construção de aterros sanitários, caçambas e latas com recolha selectiva de lixo nas APITs.

2.2.2. Implantação em Pemba de projecto-piloto de tratamento de esgoto utilizando biodigestor.

2.2.3. Aquisição de equipamentos de recolha de lixo ao nível das sedes distritais e zonas de turismo.

2.2.4. Campanhas de educação dos actores sociais ligados ao turismo - importância do tratamento dos resíduos sólidos.

2.3. Subprograma de urbanização

2.3.1. Urbanização e embelezamento de praças e espaços públicos - Pemba, Mocimboa da Praia, Ibo, Mueda, Palma, Negomano, Metoro e Macomia Sede.

2.3.2. Elaborar planos de pormenor para áreas ambientalmente sensíveis determinando a sua capacidade de carga e a tipologia urbanística.

2.4. Subprograma de energia eléctrica

2.4.1. Campanha de sensibilização de uso de energia - utilização fontes de energia renováveis para os operadores turísticos.

2.5. Subprograma de acesso e transportes

2.5.1. Realização de estudo específico para a utilização do Porto de Pemba como prestador de serviços turísticos.

2.5.2. Realização de estudo sobre a potencialidade de áreas para a atracagem de embarcações de pequeno, médio e grande porte, bem como a estruturação de tais áreas.

2.5.3. Realizar estudos para a reabilitação e acondicionamento do aeroporto de Mocimboa da Praia.

2.5.4. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Pemba-Metuge-Quissanga.

2.5.5. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Ponte e Estrada para a Tanzânia.

2.5.6. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Construir o troço Montepuez – Balama – Ruaça.

2.5.7. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N380: (Macomia – Oasse – Mocimboa da Praia).

2.5.8. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N1 (Metóro – Rio Lurio).

2.5.9. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Estrada às Quedas do Lurio (150 quilómetros de Pemba).

2.5.10. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R760: Namuno – Meloco – Chiure – Pemba.

2.5.11. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Namoto cruzando a estrada de Mocimboa da Praia a Palma, Quionga até ao Rio Rovuma, R762, R1260.

2.5.12. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R763 Nangade – Palma.

2.5.13. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Nairoto - Chapa – Mueda.

2.5.14. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Concluir o troço Macomia – Oasse.

2.5.15. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Fronteira de Nampula.

2.5.16. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Criação de pontes de uma forma geral.

2.6. Subprograma de adequação de serviços públicos

- 2.6.1. Reforço e capacitação do contingente policial.
- 2.6.2. Instalar serviços de atendimento médico de emergência.
- 2.6.3. Melhorar a cobertura de rede móvel e ampliar a rede de postos telefónicos fixos.
- 2.6.4. Apoiar a implantação de serviços de abastecimento de géneros alimentícios.
- 2.6.5. Apoiar a ampliação e qualidade da oferta de serviços de transporte inter-regional.
- 2.6.6. Melhorar serviços abastecimento combustíveis (bombas) e serviços associados na Província.

2.7. Subprograma de implantação e adequação das infra-estruturas em atractivos

- 2.7.1. Análise da viabilidade das rotas turísticas já projectadas pelo Arco Norte com a indicação de estruturas necessárias para a observação de elementos cénicos.
- 2.7.2. Elaboração de projecto de criação de centros de recepção: projecto-piloto na praia de Wimbe em Pemba.
- 2.7.3. Estabelecimento de critérios de gestão sustentável para a priorização de investimentos.
- 2.7.4. Implementar o sistema de sinalização turística.
- 2.7.5. Estudo de potencialidades de áreas de aproveitamento turístico.

3. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURISTICOS NATURAIS

3.1. Subprograma de fortalecimento da gestão das áreas de conservação

- 3.1.1. Concluir o plano de negócios do Parque Nacional das Quirimbas.
- 3.1.2. Revisão do plano de manejo do PNQ.
- 3.1.3. Desenhar e desenvolver o zoneamento do Parque Nacional das Quirimbas.
- 3.1.4. Fortalecer e expandir os conselhos de gestão dos recursos naturais no PNQ.
- 3.1.5. Estabelecer os conselhos de gestão nas áreas de caça.
- 3.1.6. Desenvolver um programa de gestão participativa do conflito homem e fauna bravia.
- 3.1.7. Implementar o estatuto orgânico dos parques e reservas no PNQ.
- 3.1.8. Estabelecer infra-estruturas de gestão dos recursos naturais: miradouros, postos de fiscalização e bebedouros.
- 3.1.9. Elaborar Planos de Maneio das Concessões de Caça.
- 3.1.10. Promover a criação de novas áreas para o turismo cinegético.

3.2. Subprograma de estudos de capacidade de suporte e monitoramento de atractivos naturais

- 3.2.1. Criar sistema de monitoria e avaliação de impactos ambientais de uma forma contínua nas áreas de conservação.
- 3.2.2. Implementar critérios básicos para a prática de actividades de caça, rafting (canoagem), trekking (trilhos pedestres), etc.
- 3.2.3. Elaborar estudos de capacidade de carga de cada atractivo.
- 3.2.4. Implementar o programa de gestão do elefante.

3.3. Subprograma de eficiência no controlo ambiental

- 3.3.1. Reforçar a fiscalização da implementação dos planos de gestão ambiental dos EIA dos empreendimentos turísticos.

4. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS

4.1 Subprograma de identificação, conservação e valorização do património cultural da Província

- 4.1.1. Promover a diversificação da oferta de eventos culturais.
- 4.1.2. Pesquisar e divulgar a gastronomia típica da Província
- 4.1.3. Promover a realização de programas de visitas às comunidades vizinhas dos empreendimentos turísticos.
- 4.1.4. Catalogar o património histórico-cultural de Cabo Delgado.
- 4.1.5. Elaborar um plano de recuperação e conservação do património histórico de Cabo Delgado.
- 4.1.6. Incentivar aos empreendedores para utilizarem bens históricos como forma de protecção e reutilização de tais espaços.
- 4.1.7. Diversificação da oferta de eventos culturais.

5. PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo

- 5.1.1. Estudo de espaços cobertos para a realização de eventos, tais como feiras.
- 5.1.2. Criação de um corpo de socorrismo nas praias com maior atracção de turistas e maior uso, principalmente na de Wimbe.
- 5.1.3. Estimulo à criação de associações de guias e monitores locais.

5.2 Subprograma de qualidade

- 5.2.1. Código de conduta para operadores turísticos quanto à utilização dos recursos e práticas sustentáveis (água, lixo, esgoto, energia, comunicações, contratação de recursos humanos, manuseamento de alimentos, entre outros).
- 5.2.2. Programa de Regularização e acompanhamento para garantia da qualidade dos Estabelecimentos Turísticos e Formação.
- 5.2.3. Fomento da capacitação de recursos humanos – operadores turísticos.
- 5.2.4. Implantar o Modelo de Optimização de Gestão (MOG).

5.3. Subprograma de atracção de investimentos

- 5.3.1. Facilitar o acesso a linhas de crédito por meio de sua divulgação.
- 5.3.2. Promover a criação de novas linhas de crédito – parcerias com fontes de financiamento / agências de cooperação internacional.
- 5.3.3. Elaboração de uma brochura de divulgação das potencialidades locais.
- 5.3.4. Estabelecer reservas de espaço para o desenvolvimento de projectos e actividades de turismo.

6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo

- 6.1.1. Identificar junto a empreendedores turísticos, serviços necessários ainda não prestados localmente e identificar arranjos locais no âmbito do turismo.
- 6.1.2. Estabelecimento de comunidades piloto dentro das zonas 2, 3 e 4.
- 6.1.3. Implantar mecanismos para estimular a participação da população local na prestação de serviços turísticos.

6.2. Subprograma de consciencialização turística e ambiental das comunidades e dos turistas

- 6.2.1. Inserir a temática do turismo e do meio ambiente na educação elementar nas escolas.
- 6.2.2. Campanhas educativas e informativas relativas ao desenvolvimento turístico.
- 6.2.3. Realização de concursos estudantis.
- 6.2.4. Criar um manual sobre conduta sustentável para os turistas.

7. PROGRAMA DE MARKETING

7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico

- 7.1.1. Desenvolver material de promoção de vendas.
- 7.1.2. Promoção de Fam-tours.
- 7.1.3. Participação em Feiras e Exposições.
- 7.1.4. Realização de seminários com investidores locais.
- 7.1.5. Definir portfólio de produtos com preços mais acessíveis.
- 7.1.6. Promover o estabelecimento de alianças estratégicas com os três destinos mais competitivos da região - Quênia, Tanzânia e Uganda.
- 7.1.7. Implantar no website uma página exclusiva para os agentes de viagens.
- 7.1.8. Organizar comitivas para visitarem as empresas nos mercados emissores.
- 7.1.9. Auxiliar a oferta turística na implantação de sistemas de informática.
- 7.1.10. Realização de uma campanha de incentivo aos operadores turísticos para melhor desempenho.

7.2. Subprograma de comunicação e promoção

- 7.2.1. Adotar uma identidade exclusiva para Cabo Delgado.
- 7.2.2. Transformar Cabo Delgado em pauta ou roteiro de programas de desportos.
- 7.2.3. Criar um material de promoção para diferentes públicos (imprensa, turistas, agências de viagens, investidores, etc.).
- 7.2.4. Elaborar material de apoio ao turista.

Para cada subprograma foram definidas **Medidas** com as acções a serem realizadas, as quais foram materializadas na elaboração de **Fichas de Projectos** contendo a seguinte informação:

- Identificação
- Projecto
- Objectivos
- Justificação
- Acções propostas
- Resultados esperados
- Relação com os objectivos do turismo no Plano Quinquenal
- Relação com os planos de acção do PEDTM
- Área beneficiada
- Principais executores
- Parceiros sugeridos
- Valor (US\$)

6.2. ORÇAMENTO

6.2.1. Orçamento Global

Programas de PRIORIDADE ALTA

1. PROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL GESTÃO TURISMO CABO DELGADO	\$ 493.000,00
2. PROGRAMA DE MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	\$ 12.190.000,00
3. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURISTICOS NATURAIS	\$ 1.530.000,00
4. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS	\$ 3.620.000,00
5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS	\$ 907.000,00
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	\$ 140.000,00
7. PROGRAMA DE MARKETING	\$ 785.000,00
Total dos Programas de Prioridade Alta	\$ 22.721.000,00

Programas de PRIORIDADE MÉDIA

1. PROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL GESTÃO TURISMO CABO DELGADO	\$ 270.000,00
2. PROGRAMA DE MELHORIAS DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	\$ 2.556.000,00
5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS	\$ 180.000,00
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	\$ 106.000,00
7. PROGRAMA DE MARKETING	\$ 250.000,00
Total dos Programas de Prioridade Média	\$ 3.362.000,00

Total do Orçamento Previsto	\$ 26.083.000,00
------------------------------------	-------------------------

6.2.2. Orçamento por Tipo de Prioridades

*Programas e Sub-programas de **PRIORIDADE ALTA***

1. PROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO TURISMO CABO DELGADO	\$ 493.000,00
1.1 Subprograma de participação da população no desenvolvimento e controlo de actividades turísticas	\$ 3.000,00
1.2 Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo	\$ 480.000,00
1.3. Subprograma de optimização das finanças e da economia	\$ 10.000,00
2. PROGRAMA DE MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	\$ 15.246.000,00
2.1. Subprograma de saneamento básico	\$ 1.580.000,00
2.2. Subprograma de gestão de resíduos sólidos	\$ 10.410.000,00
2.3. Subprograma de urbanização	\$ 200.000,00
2.5. Subprograma de acesso e transportes	\$ 0,00
2.6. Subprograma de adequação de serviços públicos	\$ 1.256.000,00
2.7. Subprograma de implantação e adequação da infra-estrutura em atractivos	\$ 1.800.000,00
3. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURISTICOS NATURAIS	\$ 1.530.000,00
3.1. Subprograma de fortalecimento da gestão das áreas de conservação	\$ 955.000,00
3.2. Subprograma de estudos de capacidade de suporte e monitoramento de atractivos naturais	\$ 525.000,00
3.3. Subprograma de eficiência no controlo ambiental	\$ 50.000,00
4. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS	\$ 3.620.000,00
5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREENDIMENTOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	\$ 907.000,00
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo	\$ 200.000,00
5.2 Subprograma de qualidade	\$ 650.000,00
5.3. Subprograma de atracção de investimentos	\$ 57.000,00
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	\$ 140.000,00
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo	\$ 50.000,00
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas	\$ 90.000,00
7. PROGRAMA DE MARKETING	\$ 785.000,00
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico	\$ 505.000,00
7.2. Subprograma de comunicação e promoção	\$ 280.000,00
Total dos Programas de Prioridade Alta	\$ 22.721.000,00

Programas e Sub-programas de PRIORIDADE MÉDIA

1. PROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL GESTÃO TURISMO CABO DELGADO	\$ 270.000,00
1.2 Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo	\$ 270.000,00
2. PROGRAMA DE MELHORIAS DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	\$ 2.556.000,00
2.1. Subprograma de saneamento básico	\$ 0,00
2.3. Subprograma de urbanização	\$ 2.200.000,00
2.4. Subprograma de energia eléctrica	\$ 6.000,00
2.5. Subprograma de acesso e transportes	\$ 290.000,00
2.7. Subprograma de implantação e adequação das infra-estruturas em atractivos	\$ 60.000,00
5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREENDIMENTOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	\$ 180.000,00
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo	\$ 100.000,00
5.2 Subprograma de qualidade	\$ 80.000,00
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	\$ 106.000,00
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo	\$ 20.000,00
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas	\$ 86.000,00
7. PROGRAMA DE MARKETING	\$ 250.000,00
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico	\$ 250.000,00
Total dos Programas de Prioridade Média	\$ 3.362.000,00

6.2.3. Orçamento por Programa

PRIORIDADE ALTA

1. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO DO TURISMO DE CABO DELGADO	
1.1 Subprograma de participação da população no desenvolvimento e controlo de actividades turísticas	\$ 3.000,00
1.1.1. Estudos sobre as necessidades dos diversos actores sociais que se relacionam com a instituição	\$ 0,00
1.1.2. Instituir a Comissão de Facilitação Turística a nível provincial	\$ 0,00
1.1.3. Estabelecer o Conselho Coordenador Provincial	\$ 3.000,00
1.2 Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo	\$ 480.000,00
1.2.2. Capacitação dos RH da DPTUR, Serviços Distritais de Actividades Económicas e Conselhos Municipais – fase 01	\$ 150.000,00
1.2.4 Adequação da estrutura funcional para o cumprimento competências através da contratação de recursos humanos.	\$ 20.000,00
1.2.5. Instituir plano de prémios	\$ 15.000,00
1.2.6. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equipamentos de informática (notebooks, impressoras, scanners).	\$ 8.000,00
1.2.7. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de automóveis	\$ 80.000,00
1.2.8. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equipamentos electrónicos como máquinas fotográficas digitais, rádios, gps.	\$ 7.000,00
1.2.9. Mudança da sede da DPTUR (Construção ou recuperação de novo Edifício)	\$ 200.000,00
1.2.10 Aquisição de uma residência para o Director Provincial	\$ 0,00
1.2.11. Reforçar o efectivo de RH especializados na área do turismo nos Serviços Distritais Activ. Económicas e conselhos municipais	\$ 0,00
1.3. Subprograma de optimização das finanças e da economia	\$ 10.000,00
1.3.1. Instalação de representação do Fundo Nacional de Turismo na Província	\$ 5.000,00
1.3.2. Estudar novas formas de arrecadação para a criação de novos fundos de turismo	\$ 5.000,00
1.3.3. Desenvolver um plano de cobrança de taxas no Parque Nacional das Quirimbas	\$ 0,00

2. PROGRAMA DE MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	
2.1. Subprograma de saneamento básico	\$ 1.580.000,00
2.1.1. Ampliar sistema captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água - Pemba, Moc. Praia, Ibo, Mueda e Pemba - Macomia Sede	\$ 500.000,00
2.1.2. Campanhas educ. ambiental actores sociais ligados ao turismo-Pemba, Mocímboa da Praia, Ibo, Mueda, Palma-Macomia Sede	\$ 40.000,00
2.1.3. Estabelecer quadro de controlo de qualidade das águas utilizadas nos estabelecimentos de turismo	\$ 40.000,00
2.1.4. Construção de sanitários públicos nas orlas das áreas prioritárias de turismo	\$ 1.000.000,00
2.2. Subprograma de gestão de resíduos sólidos	\$ 10.410.000,00
2.2.1. Construção de aterros sanitários, caçambas e latas com recolha selectiva de lixo nas APITs	\$ 7.500.000,00
2.2.2. Implantação em Pemba de projecto-piloto de tratamento de esgoto utilizando biodigestor	\$ 600.000,00
2.2.3. Aquisição de equipamentos de recolha de lixo em Pemba	\$ 2.300.000,00
2.2.4. Campanhas de educação dos actores sociais ligados ao turismo - importância cuidar dos resíduos sólidos	\$ 10.000,00
2.3. Subprograma de urbanização	\$ 200.000,00
2.3.2. Elaborar planos de pormenor para áreas ambientalmente sensíveis determinando sua capacidade de carga e tipologia urbanística	\$ 200.000,00
2.5. Subprograma de acesso e transportes	
2.5.4. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Pemba-Metuge-Quissanga	\$ 0,00
2.5.5. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Estrada para a Tanzânia	\$ 0,00
2.5.6. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Construir o troço Montepuez – Balama – Ruaça	\$ 0,00
2.5.7. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N380: (Macomia – Oasse – Mocimboa da Praia)	\$ 0,00
2.5.8. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N1 (Metóro – Rio Lurio)	\$ 0,00
2.5.9. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Estrada às Quedas do Lurio (150 quilómetros de Pemba)	\$ 0,00
2.5.10. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R760: Namuno – Meloco – Chiure – Pemba	\$ 0,00
2.5.13. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Nairoto - Chapa - Mueda	\$ 0,00
2.5.14. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Concluir o troço Macomia - Oasse	\$ 0,00
2.5.16. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Criação de pontes de forma geral	\$ 0,00
2.6. Subprograma de adequação de serviços públicos	\$ 1.256.000,00
2.6.1. Reforço e capacitação do contingente policial	\$ 200.000,00
2.6.2. Instalar serviços de atendimento médico de emergência	\$ 600.000,00
2.6.3. Melhorar a cobertura de rede móvel e ampliar a rede de postos telefónicos fixos	\$ 250.000,00
2.6.4. Apoiar a implantação de serviços de abastecimento de géneros alimentícios	\$ 100.000,00
2.6.5. Apoiar a ampliação e qualidade da oferta de serviços de transporte inter-regional	\$ 100.000,00
2.6.6. Melhorar serviços abastecimento combustíveis (bombas) e serviços associados na Província	\$ 6.000,00
2.7. Subprograma de implantação e adequação da infra-estrutura em atractivos	\$ 1.800.000,00
2.7.1. Análise da viabilidade das rotas turísticas já projectadas com a indicação de estruturas necessárias para a observação de elementos cénicos	\$ 800.000,00
2.7.2. Elaboração de projecto de criação de centros de recepção: projecto-piloto na praia de Wimbe em Pemba	\$ 600.000,00
2.7.3. Estabelecimento de critérios de gestão sustentável para a priorização de investimentos	\$ 100.000,00
2.7.4. Implementar o sistema de sinalização turística e realizar sua implantação	\$ 300.000,00

3. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS NATURAIS	
3.1. Subprograma de fortalecimento da gestão das áreas de conservação	\$ 955.000,00
3.1.1. Concluir o plano de negócios e revisão do plano de manejo do PNQ	\$ 200.000,00
3.1.2. Revisão do plano de manejo do PNQ	\$0,00
3.1.3. Desenhar o Plano e desenvolver o zoneamento do Parque Nacional das Quirimbas	\$ 100.000,00
3.1.4. Fortalecer e expandir os conselhos de gestão dos recursos naturais no PNQ	\$ 25.000,00
3.1.5. Estabelecer os conselhos de gestão nas áreas de caça	\$ 40.000,00
3.1.6. Desenvolver um programa de gestão participativa do conflito homem e fauna bravia	\$ 300.000,00
3.1.7. Implementar o estatuto orgânico dos parques e reservas no PNQ	\$ 0,00
3.1.8. Estabelecer infra-estruturas de gestão dos recursos naturais: miradouros, postos de fiscalização e bebedouros	\$ 200.000,00
3.1.9 Plano de Maneio das Concessões de Caça	\$ 90.000,00
3.1.10. Promover a criação de novas áreas para o turismo cinegético	\$ 0,00
3.2. Subprograma de estudos de capacidade de suporte e monitoramento de atractivos naturais	\$ 525.000,00
3.2.1. Criar sistema de monitoria e avaliação de impactos ambientais de uma forma contínua nas áreas de conservação	\$ 175.000,00
3.2.2. Implementar critérios básicos para a prática de actividades de caça, rafting (canoagem), trekking (trilhos pedestres), etc.	\$ 100.000,00
3.2.3. Elaborar estudos de capacidade de carga de cada atractivo	\$ 200.000,00
3.2.4. Implementar o programa de gestão do elefante	\$ 50.000,00
3.3. Subprograma de eficiência no controlo ambiental	\$ 50.000,00
3.3.1. Reforçar a fiscalização da implementação dos planos de gestão ambiental dos EIA dos empreendimentos turísticos	\$ 50.000,00

4. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS	\$ 3.620.000,00
4.1.1. Promover a diversificação da oferta de eventos culturais	\$ 0,00
4.1.2. Pesquisar e divulgar a gastronomia típica da Província	\$ 20.000,00
4.1.3. Promover a realização de programas de visitas às comunidades vizinhas dos empreendimentos turísticos	\$ 30.000,00
4.1.4. Catalogar o património histórico-cultural de Cabo Delgado	\$ 60.000,00
4.1.5. Elaborar um plano de recuperação e conservação do património histórico de Cabo Delgado	\$ 3.500.000,00
4.1.6. Incentivo aos empreendedores para utilizarem bens históricos como forma de protecção e reutilização de tais espaços	\$ 10.000,00
4.1.7. Diversificação da oferta de eventos culturais	\$ 0,00

5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS	
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo	\$ 200.000,00
5.1.2. Criação de um corpo de socorrismo nas praias com maior atracção de turistas e maior uso, principalmente na de Wimbe	\$ 200.000,00
5.2 Subprograma de qualidade	\$ 650.000,00
5.2.2. Programa de Regularização e acompanhamento para garantia da qualidade dos Estabelecimentos Turísticos e Formação	\$ 500.000,00
5.2.3. Fomento da capacitação de recursos humanos – operadores turísticos	\$ 150.000,00
5.3. Subprograma de atracção de investimentos	\$ 57.000,00
5.3.1. Facilitar o acesso a linhas de crédito por meio de sua divulgação	\$ 7.000,00
5.3.2. Criação de novas linhas de crédito – parcerias com fontes de financiamento / agências de cooperação internacional	\$ 0,00
5.3.3. Elaboração de um booking de divulgação das potencialidades locais	\$ 50.000,00
5.3.4. Estabelecer reservas de espaço para o desenvolvimento de projectos e actividades de turismo	\$ 0,00

6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo	\$ 50.000,00
6.1.1. Identificar junto a empreendedores turísticos, serviços necessários ainda não prestados localmente e identificar arranjos locais vendáveis na âmbito do turismo	\$ 50.000,00
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas	\$ 90.000,00
6.2.2. Campanhas Educativas e Informativas Relativas ao Desenvolvimento Turístico	\$ 10.000,00
6.2.4. Criar um manual sobre conduta sustentável para os turistas	\$ 80.000,00

7. PROGRAMA DE MARKETING	
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico	\$ 505.000,00
7.1.1. Desenvolver material de promoção de vendas	\$ 100.000,00
7.1.3. Participação em Feiras e Exposições	\$ 150.000,00
7.1.4. Realização de Workshops com investidores locais	\$ 75.000,00
7.1.5. Definir portfólio de produtos com preços mais acessíveis	\$ 30.000,00
7.1.6. Alianças estratégicas com os três mais competitivos destinos da região - Quênia, Tanzânia e Uganda	\$ 150.000,00
7.1.7. Implantar no website uma página exclusiva para os agentes de viagens	\$ 0,00
7.2. Subprograma de comunicação e promoção	\$ 280.000,00
7.2.1. Adotar uma identidade exclusiva para Cabo Delgado	\$ 100.000,00
7.2.2. Transformar Cabo Delgado em pauta ou roteiro de programas de desportos	\$ 150.000,00
7.2.3. Criar um material de distribuição exclusiva para a imprensa (press-kits)	\$ 30.000,00
7.2.4. Elaborar material de apoio ao turista	\$ 0,00
Total dos Programas de Prioridade Alta	\$ 22.721.000,00

PRIORIDADE MÉDIA

1. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO DO TURISMO DE CABO DELGADO	
1.2 Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo	\$ 270.000,00
1.2.1. Desenvolvimento de processos de avaliação da gestão do conhecimento	\$ 60.000,00
1.2.3. Capacitação dos RH da DPTUR, Serviços Distritais de Actividades Económicas e Conselhos Municipais – fase 02	\$ 180.000,00
1.2.12 Desenvolver um plano de capacitação para a equipa do PNQ	\$ 30.000,00
2. PROGRAMA DE MELHORIAS DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS	
2.1. Subprograma de saneamento básico	
2.1.5. Implementar rede de esgotos nas APTI's (excepto Ibo)	\$ 0,00
2.3. Subprograma de urbanização	\$ 2.200.000,00
2.3.1. Urbanização de praças e espaços públicos - Pemba, Mocimboa da Praia, Ibo, Mueda e Palma - Macomia Sede	\$ 2.200.000,00
2.4. Subprograma de energia eléctrica	\$ 6.000,00
2.4.1. Campanha de sensibilização de uso de energia - utilização fontes de energia renováveis para os operadores turísticos	\$ 6.000,00
2.5. Subprograma de acesso e transportes	\$ 290.000,00
2.5.1. Realização de estudo específico para a utilização do Porto de Pemba como prestador de serviços turísticos (levar em conta o estudo da USAID)	\$ 90.000,00
2.5.2. Realização de estudo sobre a potencialidade de áreas para a atracagem de embarcações	\$ 100.000,00
2.5.3. Realizar estudos para a reabilitação e acondicionamento do aeroporto de Mocimboa da Praia	\$ 100.000,00
2.5.11. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Namoto cruzando a estrada de Mocimboa da Praia a Palma, Quionga até ao Rio Rovuma, R762, R1260	\$ 0,00
2.5.12. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R763 Nangade - Palma	\$ 0,00
2.5.14. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Concluir o troço Macomia - Oasse	\$ 0,00
2.5.15. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Fronteira de Nampula	\$ 0,00
2.7. Subprograma de implantação e adequação das infra-estruturas em atractivos	\$ 60.000,00
2.7.5. Estudo de potencialidades de áreas de aproveitamento turístico	\$ 60.000,00
5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS	
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo	\$ 100.000,00
5.1.1. Estudo de espaços cobertos para a realização de eventos, tais como feiras.	\$ 25.000,00
5.1.3. Estimulo à criação de associações de guias e monitores locais	\$ 75.000,00
5.2 Subprograma de qualidade	\$ 80.000,00
5.2.1. Código de conduta para operadores turísticos quanto à utilização dos recursos e práticas sustentáveis	\$ 30.000,00
5.2.4. Implantar o Modelo de Optimização de Gestão (MOG)	\$ 50.000,00
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo	\$ 20.000,00
6.1.2. Estabelecimento de comunidades piloto dentro das zonas 2, 3 e 4	\$ 20.000,00
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas	\$ 86.000,00
6.2.1. Inserir a temática do turismo e do meio ambiente na educação elementar das escolas de Pemba e Ibo	\$ 80.000,00
6.2.3. Realização de concursos estudantis	\$ 6.000,00

7. PROGRAMA DE MARKETING	
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico	\$ 250.000,00
7.1.2. Promoção de Fam-tours	\$ 60.000,00
7.1.8. Organizar comitivas para visitarem as empresas nos mercados emissores	\$ 15.000,00
7.1.9. Auxiliar a oferta turística na implantação de sistemas de informática	\$ 150.000,00
7.1.10 Realização de uma campanha de incentivo aos operadores turísticos de melhor performance	\$ 25.000,00
Total dos Programas de Prioridade Média	\$ 3.362.000,00
Total do Orçamento Previsto	\$ 26.083.000,00

6.3. CALENDARIZAÇÃO

6.3.1. Prioridade Alta

	Ano	2008		2009				2010				2011				2012				2013					
		Trimestre	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	
1. PROG. FORTALECIMENTO INST. GESTÃO TURISMO CABO DELGADO																									
1.1 Subprogr. de participação da população no desen. e controlo de activ. turísticas																									
1.1.1. Estudos das necessidades dos diversos actores sociais																									
1.1.2. Instituir a Comissão de Facilitação Turística																									
1.1.3. Estabelecer Conselho Coordenador Provincial																									
1.2 Subprog. de melhoria da eficiência e eficácia da gestão públ. do turismo																									
1.2.2. Capacitaç. RH da DPTUR, Serv. Distritais de Act. Econ. e Conselhos Municipais – fase 01																									
1.2.4 Adequação da estr. Funcional, através da contratação de RH																									
1.2.5. Instituir plano de prémios																									
1.2.6. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equip. de informática																									
1.2.7. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de automóveis																									
1.2.8. Ampliação dos recursos físicos: aquisição de equipa. Electrónicos																									
1.2.9. Mudança da sede da DPTUR (Construção ou recuperação de novo Edifício)																									
1.2.10 Acquisição de uma residencia para o Director provincial																									
1.2.11. Reforçar o efectivo de RH especializados na área do turismo																									
1.3. Subprograma de optimização das finanças e da economia																									
1.3.1. Instalação de representação do Fundo Nacional de Turismo na Província																									
1.3.2. Est. novas formas de arrecadaç. para a criaç. de novos fundos de turismo																									
1.3.3. Desenvol. um plano de cobrança de taxas no Parq. Nacional das Quirimbas																									

2. PROGRAMA DE MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS										
2.1. Subprograma de saneamento básico										
2.1.1. Ampliar sistema captação, armazen., tratam. e distrib. Água	Jul. 2008 a Dez. 2013									
2.1.2. Campanhas educ. ambiental actores sociais ligados ao turismo	Jul. 2008 a Dez. 2013									
2.1.3. Estab. quadro de controle de qual. das águas utilizadas nos estabelec. de turismo	Out. 2008 a Dez. 2013									
2.1.4. Construção de sanitários públicos nas orlas das áreas prioritárias de turismo	Jan. 2009 a Dez. 2009									
2.2. Subprograma de gestão de resíduos sólidos										
2.2.1. Construç. de aterros sanitários, caçambas e latas com recolha selectiva de lixo nas APTIs	Jan. 2009 a Dez. 2013									
2.2.2. Implantaç. em Pemba de proj. piloto de trat. de esgoto utilizando biodigestor	Jan. 2009 a Dez. 2010									
2.2.3. Aquisição de equipamentos de recolha de lixo em Pemba	Jul. 2008 a Dez. 2013									
2.2.4. Camp. de educac. dos act. sociais ligados ao turismo - importância cuidar dos resíduos sólidos	Set. 2009 a Dez. 2009									
2.3. Subprograma de urbanização										
2.3.2. Elab. planos de pormenor para áreas ambien. sensíveis determinando sua capacidade de carga e tipologia urbanística	Jul. 2008 a Dez. 2013									
2.5. Subprograma de acesso e transportes										
2.5.4. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Pemba-Metuge-Quissanga	Jan. 2009 a Dez. 2010									
2.5.5. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Estrada para a Tanzânia	Jun. 2009 a Mai. 2011									
2.5.6. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Construir o troço Montepuez – Balama – Ruaça	Jul. 2009 a Jun. 2011									
2.5.7. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N380: (Macomia – Oasse – Mocimboa da Praia)	Mar. 2009 a Fev. 2011									
2.5.8. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: N1 (Metóro – Rio Lurio)	Mar. 2009 a Mar. 2011									
2.5.9. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Estrada às Quedas do Lurio (150 quilómetros de Pemba)	Jul. 2010 a Jun. 2012									
2.5.10. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R760: Namuno – Meloco – Chiure – Pemba	Jan. 2010 a Dez. 2011									
2.5.13. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Nairoto - Chapa - Mueda	Jul. 2009 a Jun. 2011									
2.5.14. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Concluir o troço Macomia - Oasse	Jan. 2012 a Dez. 2013									
2.5.16. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Criação de pontes de forma geral	Ago. 2008 a Jul. 2010									

3. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS NATURAIS									
3.1. Subprograma de fortalecimento da gestão das áreas de conservação									
3.1.1. Concluir o plano de negócios e revisão do plano de manejo do PNQ	Jul. 2008 a Jun. 2009								
3.1.2 Revisão do plano de manejo do PNQ									
3.1.3. Desenhar o Plano e desenvolver o zoneamento do Parque Nacional das Quirimbas	Jul. 2008 a Jul. 2009								
3.1.4. Fortalecer e expandir os conselhos de gestão dos recursos naturais no PNQ									
3.1.5. Estabelecer os conselhos de gestão nas áreas de caça	Set. 2008 a Nov. 2009								
3.1.6. Desenvolver um programa de gestão participativa do conflito homem e fauna bravia	Nov. 2008 a Dez. 2013								
3.1.7. Implementar o estatuto orgânico dos parques e reservas no PNQ	Jan. 2009 a Dez. 2009								
3.1.8. Estabelecer infraestruturas de gestão dos recursos naturais	Jan. 2009 a Dez. 2010								
3.1.9 Plano de Maneio das Concessões de Caça	Jan. 2009 a Dez. 2013								
3.1.10 Promover a criação de novas áreas para o turismo cinegético									
3.2. Subprograma de estudos de capacidade de suporte e monitoramento de atractivos naturais									
3.2.1. Criar sistema de monitoria e avaliação de impactos ambientais de uma forma continua nas áreas de conservação	Jul. 2008 a Dez. 2008								
3.2.2. Implementar critérios básicos para a prática de actividades de caça, rafting (canoagem), trekking (trilhos pedestres), etc.	Jan. 2009 a Dez. 2009								
3.2.3. Elaborar estudos de capacidade de carga de cada atractivo	Jun. 2009 a Dez. 2010								
3.2.4 Implementar o programa de gestão do elefante	Jul. 2008 a Dez. 2009								
3.3. Subprograma de eficiência no controlo ambiental									
3.3.1. Reforçar fiscalização da implementação planos gestão ambiental dos EIA dos empreendimentos turísticos	Jul. 2008 a Dez. 2013								
4. PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS									
4.1.1. Promover a diversificação da oferta de eventos culturais	Set. 2008 a Dez. 2013								
4.1.2 Pesquisar e divulgar a gastronomia típica da Província	Jan. 2009 a Dez. 2013								
4.1.3. Promover a realização de programas de visitas às comunidades vizinhas dos empreendimentos turísticos	Jan. 2009 a Dez. 2013								
4.1.4. Concluir o levantamento do património de Cabo Delgado	Mar. 2009 a Dez. 2013								
4.1.5. Plano de recuperação e conservação do património histórico de Cabo Delgado	Fev. 2009 a Dez. 2013								
4.1.6. Incentivo aos empreendedores para utilizarem bens históricos como forma de protecção e reutilização	Mai. 2009 a Dez 2013								
4.1.7. Diversificação da oferta de eventos culturais									

5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS										
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo										
5.1.2. Criação corpo socorrismo nas praias com maior atracção de turistas maior uso, pricipalmente na de Wimbe	Jan. 2009 a Dez. 2009									
5.2 Subprograma de qualidade										
5.2.2. Programa de Regularização e acompanhamento para garantia da qualidade dos Estabelecimentos Turísticos e Formação	Jul. 2008 a Dez. 2013									
5.2.3. Fomento da capacitação de recursos humanos – operadores turísticos	Set. 2008 a Dez. 2013									
5.3. Subprograma de atracção de investimentos										
5.3.1. Facilitar o acesso a linhas de crédito por meio de sua divulgação	Jul. 2008 a Dez. 2013									
5.3.2. Criação de novas linhas de crédito – parcerias com fontes de financiamento / agências de cooperação internacional	Jul. 2008 a Dez. 2013									
5.3.3. Elaboração de um booking de divulgação das potencialidades locais	Mar. 2009 a Ago. 2009									
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL										
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo										
6.1.1. Identificar junto a empreendedores turísticos, serviços necessários ainda não prestados localmente e identificar arranjos	Jul. 2008 a Set. 2009									
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas										
6.2.2. Campanhas Educativas e Informativas Relativas ao Desenvolvimento Turístico	Jul. 2008 a Dez. 2013									
6.2.4. Criar um manual sobre conduta sustentável para os turistas	Jul. 2008 a Dez. 2008									
7. PROGRAMA DE MARKETING										
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico										
7.1.1. Desenvolver material de promoção de vendas	Set. 2008 a Dez. 2013									
7.1.3. Participação em Feiras e Exposições	Nov. 2008 a Dez. 2013									
7.1.4. Realização de Workshops com investidores locais	Jul. 2008 a Dez. 2013									
7.1.5. Definir portfólio de produtos com preços mais acessíveis	Jan. 2010 a Dez. 2010									
7.1.6. Alianças estratégicas com os três mais competitivos destinos da região - Quenia, Tanzânia e Uganda	Jul. 2008 a Dez. 2009									
7.1.7. Implantar no website uma página exclusiva para os agentes de viagens	Jul. 2008 a Dez. 2013									
7.2. Subprograma de comunicação e promoção										
7.2.1. Adoptar uma identidade exclusiva para o Cabo Delgado	Jul. 2008 a Dez. 2008									
7.2.2. Transformar Cabo Delgado em pauta ou roteiro de programas de desportos	Jul. 2008 a Dez. 2013									
7.2.3. Criar um material de distribuição exclusiva para a imprensa (press-kits)	Jul. 2008 a Dez. 2013									
7.2.4 Elaborar material de apoio ao turista										

6.3.2. Prioridade Média

1. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA GESTÃO DO TURISMO DE CABO DELGADO												
1.2 Subprograma de melhoria da eficiência e eficácia da gestão pública do turismo												
1.2.1. Desenvolvimento de processos de avaliação da gestão do conhecimento	Fev. 2009 a Dez. 2013											
1.2.3. Capacitação dos RH da DPTUR, Serviços Distritais de Actividades Económicas e Conselhos Municipais	Jul. 2008 a Dez. 2013											
1.2.12 Desenvolver um plano de capacitação para a equipa do PNO	Jan. 2009 a Mar. 2009											
2. PROGRAMA DE MELHORIAS DAS INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS												
2.1. Subprograma de saneamento básico												
2.1.5. Implementar rede de esgotos nas APTI's (excepto Ibo)	Jun. 2009 a Dez. 2010											
2.3. Subprograma de urbanização												
2.3.1. Urbanização de praças e espaços públicos - Pemba, Mocimboa da Praia, Ibo, Mueda e Palma - Macomia Sede	Mai. 2009 a Dez. 2013											
2.4. Subprograma de energia eléctrica												
2.4.1. Campanha de sensibilização de uso de energia - utilização fontes de energia renováveis para os operadores turísticos	Jul. 2008 a Dez. 2013											
2.5. Subprograma de acesso e transportes												
2.5.1. Realização de estudo específico para a utilização do Porto de Pemba como prestador de serviços turísticos (levar em conta o	Jun. 2009 a Mai. 2010											
2.5.2. Realização de estudo sobre a potencialidade de áreas para a atracagem de embarcações	Mar. 2012 a Ago. 2012											
2.5.3. Realizar estudos para a reabilitação e acondicionamento do aeroporto de Mocimboa da Praia	Set. 2012 a Mai. 2013											
2.5.11. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: Namoto cruzando a estrada de Mocimboa da Praia a Palma, Quionga até	Abr. 2010 a Mar. 2012											
2.5.12. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R763 Nangade - Palma	Set. 2010 a Ago. 2012											
2.5.15. Melhoria dos trechos prioritários para o turismo: R698: Montepuez - Fronteira de Nampula	Nov. 2011 a Out. 2013											
2.7. Subprograma de implantacao e adequação das infra-estruturas em atractivos												
2.7.5. Estudo de potencialidades de áreas de aproveitamento turístico	Jul. 2008 a Dez. 2013											

5. PROGRAMA DE AMPLIACAO EMPREEND., EQUIPAMENTOS E SERV. TURÍSTICOS												
5.1. Subprograma de implantação de equipamentos de apoio ao turismo												
5.1.1. Estudo de espaços cobertos para a realização de eventos, tais como feiras.	Jan. 2011 a Dez. 2011											
5.1.3. Estimulo à criação de associações de guias e monitores locais	Jul. 2008 a Dez. 2013											
5.2 Subprograma de qualidade												
5.2.1. Código de conduta para operadores turísticos quanto à utilização dos recursos e práticas sustentáveis	Jan. 2012 a Out. 2012											
5.2.4. Implantar o Modelo de Optimização de Gestão (MOG)	Jan. 2010 a Dez. 2010											
6. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL												
6.1. Subprograma de inserção da população em actividades económicas ligadas ao turismo												
6.1.2. Estabelecimento de comunidades piloto dentro das zonas 2, 3 e 4	Mar. 2012 a Set. 2013											
6.1.3. Implantar mecanismos para estimular a participação da população local na prestação de serviços turísticos												
6.2. Subprograma de consciencializacao turística e ambiental das comunidades e dos turistas												
6.2.1. Inserir a temática do turismo e do meio ambiente na educação elementar das escolas de Pemba e Ibo	Jan. 2012 a Dez. 2013											
6.2.3. Realização de concursos estudantis	Jul. 2008 a Dez. 2013											
7. PROGRAMA DE MARKETING												
7.1. Subprograma de melhoria da competitividade do produto turístico												
7.1.2. Promoção de Fam-tours	Fev. 2010 a Dez. 2013											
7.1.8. Organizar comitivas para visitarem as empresas nos mercados emissores	Jul. 2008 a Dez. 2013											
7.1.9. Auxiliar a oferta turística na implantação de sistemas de informática	Mar. 2010 a Fev. 2011											
7.1.10 Realização de uma campanha de incentivo aos operadores tursiticos de melhor performance	Dez. 2013											

Pemba, Março de 2008